

ANO 11 - NÚMERO 139 - MAIO 2026

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

Distribuição: 15 mai a 14 jun/26



DOULAS:

DA PRÁTICA ANCESTRAL À PROFISSÃO REGULAMENTADA

p. 08

CONSCIÊNCIA NEGRA

100 anos de Milton Santos:
o geógrafo que transformou
território em política

p. 26

MEIO AMBIENTE

Reserva extrativista Chico
Mendes: entre a resistência
e o futuro da floresta

p. 34

UNIVERSO FEMININO

Violência de gênero no Brasil:
a importância do aumento da
renda e das redes de proteção

p. 48



CHEGOU!



JORNALISMO
INDEPENDENTE

EDIÇÃO 139 - MAIO 2026



ASSINE AGORA!

PLANO MENSAL

R\$ 29,90 /mês



**MÍDIA
SOCIOAMBIENTAL**



**DE RESISTÊNCIA
COMUNICAÇÃO**

xapuri.info/revista-impressa

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agonizando com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Agamenon Torres
Web Designer



Arthur Wentz Silva
Revisor



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Letícia Marques
Redatora



Paloma Vaz Dias
Estagiária

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: *Xapuri* Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.814.-500 - Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



DOULAS: DA PRÁTICA ANCESTRAL À PROFISSÃO REGULAMENTADA

Para celebrar e homenagear este mês de maio – Mês das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, Mês das Mães e Mês das Parteiras –, a matéria de capa desta edição da *Revista Xapuri* aborda uma pauta dedicada às doulas e à regulamentação da profissão no Brasil, o que representa um marco para essas trabalhadoras e reconhece uma atividade essencial à vida, que durante muito tempo foi invisibilizada.

Para nos aprofundarmos no tema, entrevistamos a doula Carolina Coelho, representante da Associação de Doulas do estado de Goiás (Adoulogo), e ela nos relata as mudanças trazidas pela regulamentação da profissão, além de explicar a importância da atuação das doulas e os desafios que ainda persistem: “Estamos nessa luta há bastante tempo. Batemos muito de porta em porta na Câmara para que a regulamentação se concretizasse. Esse reconhecimento já muda o olhar das pessoas”.

Importante trazer à luz que as parteiras tradicionais precedem o termo doula, pois, antes de se falar em doula como profissão regulamentada, muitas mulheres já exerciam e ainda exercem, em seus territórios, o papel de acolher, orientar e acompanhar outras mulheres no gestar, no parir e no nascer.

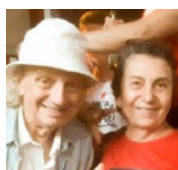
Em comunidades amazônicas, ribeirinhas, indígenas e rurais, elas são reconhecidas como “mães de umbigo”, “mães velhas”, comadres, rezadeiras, benzedeiras e curandeiras, reunindo conhecimentos transmitidos pela oralidade, pela experiência e pela confiança da comunidade.

As doulas representam uma releitura dessa prática milenar, atuando principalmente no bem-estar da mãe e do bebê durante e após a gestação.

Gostaríamos de agradecer imensamente a Carolina Coelho, Leticia Yawanawá e a todas as mulheres que lutam por um Brasil sem violência obstétrica e por partos mais humanizados.

No mais, os textos trazem o que nos caracteriza como um espaço democrático de cidadania, cultura, defesa ambiental, diversidade e, sobretudo, de resistência.

Boa leitura. Bom proveito!



Zeze Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

Maria Leticia Marques – Redatora-Chefe

COLABORADORES/AS - MAIO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva** – Estudante. **Carolina Coelho** – Doula. **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Flávia Albuquerque** – Jornalista. **Francisco Piyãko** – Liderança indígena. **Geraldo Lopes** – Escritor. **Henrique Nunes** – Jornalista. **Igor Stochit** – Designer. **Jancina Faustino** – Gestora Ambiental. **Kaluã Mendes** – Designer Gráfico. **Leticia Yawanawá** – Parteira. **Lúcia Resende** – Professora. **Marcos Jorge Dias** – Jornalista. **Maria Leticia Marques** – Escritora. **Marina Rotenberg** – Escritora. **Olga Tessari** – Psicóloga. **Paulo Maldos** – Psicólogo. **Rosilene Corrêa** – Professora. **Thais Silveira** – Bióloga. **Zeze Weiss** – Jornalista.

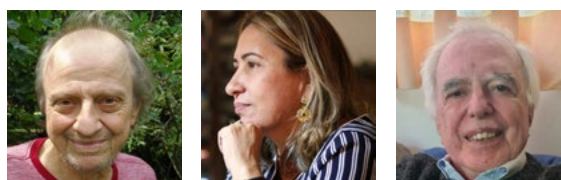
CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Araújo de Souza** - Sindicalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rodrigo Britto** - Sindicalista. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora.
Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.



Xapuri 139

SOCIOAMBIENTAL

MAI 26

08 **CAPA**
Doulas: da prática ancestral à profissão regulamentada

23 **FOTOGEOGRAFIA**
O selvagem e o humano

15 **BIODIVERSIDADE**
Lobo-guará: a nobreza selvagem do Cerrado

24 **CERRADO**
Arte rupestre no Brasil

16 **AMAZÔNIA**
O rio não é esgoto, é vida

26 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
100 anos de Milton Santos: o geógrafo que transformou território em política

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

30 **EDUCAÇÃO**
A educação precisa ser tratada como prioridade

32 **POLÍTICA**
O tempo difícil que nos toca viver

34 **MEIO AMBIENTE**
Reserva Extrativista Chico Mendes: entre a resistência e o futuro da floresta

37 **HISTÓRIA SOCIAL**
Enquanto a noite durar

41 **COMPORTAMENTO**
Hora de repensar a educação dos meninos

41 **FORMOSA**
Feira Mãos Coletivas valoriza o artesanato e fortalece a cultura em Formosa (GO)

43 **LITERATURA**
A atualidade do *Direito à Literatura*, de Antonio Candido

44 **FILOSOFIA**
Duas vertentes sobre o mito de Narciso

45 **MITOS E LENDAS**
A lenda do Nego d'Água

46 **SUSTENTABILIDADE**
Não assumimos a nova consciência planetária: Artemis II

48 **UNIVERSO FEMININO**
Violência de gênero no Brasil: a importância do aumento da renda e das redes de proteção



DOULAS: DA PRÁTICA ANCESTRAL À PROFISSÃO REGULAMENTADA

Maria Leticia

Após décadas sem o devido reconhecimento, as doulas tiveram seu ofício regulamentado. As diretrizes para o exercício regular da profissão estão agora amparadas na Lei 15.381, de 2026, publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 09 de março

CUIDADO MILENAR E ESSENCIAL À VIDA

A palavra “doula” se popularizou, sobretudo no Ocidente, para nomear a profissional que oferece apoio físico, emocional e informativo às mulheres antes, durante e após o parto. Mas esse cuidado é muito mais antigo do que o termo. Trata-se de uma prática milenar que vem atravessado a História da Humanidade por gerações, entre diferentes culturas e povos, em contextos e épocas distintas, pois a dádiva do nascer sempre esteve presente, é o alicerce natural, não apenas da vida humana, mas de todos os seres vivos.

Em diversas civilizações, as doulas, assim como as parteiras, sempre existiram e, ao longo do tempo, desempenharam um papel fundamental no acompanhamento da chegada da vida ao mundo. Com saberes ancestrais e empíricos, essas mulheres construíram um sólido repertório de conhecimentos que, muitas vezes, não está registrado nos livros de medicina, mas revela sua eficácia na prática, no cuidado e na experiência acumulada entre gerações de mães, bisavós, tataravós e assim por diante.

Antes de se falar em doula como profissão regulamentada, muitas mulheres já exerciam e ainda exercem, em seus territórios, o papel

de acolher, orientar e acompanhar outras mulheres no gestar, no parir e no nascer. No Brasil, as parteiras tradicionais seguem como exemplo vivo dessa prática ancestral, atuando principalmente no cuidado comunitário e auxiliar do processo de parturição.

Em comunidades amazônicas, ribeirinhas, indígenas e rurais, elas são reconhecidas como “mães de umbigo”, “mães velhas”, comadres, rezadeiras, benzedadeiras e curandeiras, reunindo conhecimentos transmitidos pela oralidade, pela experiência e pela confiança da comunidade.

DONA FLOR DO MOINHO: PARTEIRA E MESTRA QUILOMBOLA

Bom mesmo era se Deus abençoasse e tivesse todo mundo junto. Outra cuida do neném, outra faz o almoço, outra lava as roupa, outra arruma a casa. Ia ser bonito. E cantando e batendo palma, dançar, fazer uma roda de mulher parideira. As mulher arruma um berço de ouro pra receber um filho. Não precisa não. Tem que ser um berço de amor, do pai, da mãe e de todos que estão ali assistindo. Esse amor tem que fluir antes. Família, avô, avó, todo



Relevo romano do século II d.C./ Museu Ostiense, ITA.

mundo torcendo pra essa criança vir ao mundo (Dona Flor, 2015)

O livro *O Partejar e a Farmacologia de Dona Flor – História e ensinamentos de uma mestra Quilombola*, escrito e organizado por Florentina Pereira dos Santos, Dona Flor, e Juliana Floriano Toledo Watson, conta a história de Dona Flor, nascida em 2 de fevereiro de 1938, na fazenda Santa Rita, em Alto Paraíso (GO). Quilombola da Comunidade Moinho, neta de indígena e mulher de muitos saberes, gestou 15 filhos e filhas e adotou outras 27 vidas. Como parteira, recebeu em seus braços mais de 300 bebês.

Escrito a partir da gravação em áudio de cursos e entrevistas com a dona Flor, entre 2015 e 2022, a obra reúne diversos conhecimentos da renomada parteira, dentre eles suas reflexões, receitas e os remédios a partir de ervas e raízes, conselhos e ensinamentos sobre a saúde e o corpo da mulher.

Ao longo da vida, foi boia-fria, garimpeira, tropeira, feirante, agente comunitária de saúde e assistente social. Mesmo analfabeta, tornou-se uma grande referência em sua comunidade, reconhecida como mestra quilombola, parteira e raizeira famosa. Dona Flor encantou-se em 9 de agosto de 2023, numa quarta-feira, em Alto Paraíso de Goiás, aos 85 anos.

Ela ajudou muitas centenas de mu-

lheres a parir, adotou filhos além dos seus biológicos. Sua casa sempre foi bastante frequentada e movimentada, com afilhados, netos, mães e aprendizes a visitá-la, e pessoas para se consultar ou buscando conselhos da anciã. Como a grande maioria das parteiras, ela foi uma referência para sua comunidade, uma conselheira, uma sábia que orientou as pessoas a se cuidarem fisicamente, emocionalmente, consultada sobre a educação das/os filhas/os, as relações conjugais, dentre tantas outras questões relevantes para a vida.

DOULAS E PARTEIRAS TRADICIONAIS: DIFERENÇAS, SEMELHANÇAS E ANCESTRALIDADE

Embora doula e parteira não sejam a mesma coisa, a atuação das parteiras tradicionais antecede o termo “doula” e dialoga com essa prática de cuidado, recentemente regulamentada.

Importante destacar que a doula atua no processo de parturição – compreendido como o processo fisiológico do parto – oferecendo acompanhamento contínuo à gestante e sua rede de apoio durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. Sua atuação envolve suporte emocional, acolhimento, escuta ativa, medidas de conforto, incentivo à autonomia da mulher, suporte

físico, práticas integrativas e compartilhamento de informações baseadas em evidências, contribuindo para uma experiência de parto mais segura, respeitosa e humanizada. A doula observa as necessidades da parturiente ao longo do processo, sem realizar assistência clínica, procedimentos técnicos ou substituir a equipe de saúde responsável pela condução obstétrica.

Atualmente, o Ministério da Saúde define a parteira tradicional como aquela que presta assistência ao parto domiciliar, baseada em saberes e práticas tradicionais e que seja reconhecida pela comunidade como tal. Essa denominação passou a ganhar força no contexto das políticas públicas a partir dos anos 2000, com o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais.

Em estudo sobre as práticas tradicionais Kaingang durante a gestação, o parto e o pós-parto, Yasmin dos Santos Sagás aponta que mulheres da Terra Indígena Xapacó, em Santa Catarina, preservam saberes relacionados ao uso de remédios do mato, às posições tradicionais de parto, aos cuidados com o recém-nascido e ao resguardo materno. A pesquisa mostra que esses conhecimentos, transmitidos principalmente pela oralidade, revelam a importância das mulheres indígenas na preservação de práticas ancestrais ligadas ao nascimento.





Em depoimento à Revista Xapuri, Leticia Yawanawá, parteira indígena da Terra Indígena Camicuã, localizada no sul do Amazonas, destaca que esse cuidado faz parte de um hábito tradicional transmitido por gerações em sua comunidade. Ao falar sobre a realidade local, ela pontua: “O nosso hábito tradicional é isso: cuidar da mãe e da criança por alguns dias, buscar medicina para a criança, para a mãe, e acompanhar até depois do parto. É coisa que o nosso agente de saúde não faz, porque também não é hábito tradicional.”

AS COMADRONAS

Na Guatemala, e em regiões onde habitava o povo Maia, no México e na América Central, as comadronas, parteiras tradicionais, ou Iyom (parteiras-avós) são reconhecidas como guardiãs de saberes transmitidos de geração em geração, muitas vezes de mãe para filha ou de avó para neta.

Na Colômbia, as parteiras tradicionais também são figuras de confiança nas comunidades, responsáveis por oferecer cuidado reprodutivo e materno com base em conhecimentos tradicionais, especialmente onde o acesso aos serviços de saúde é limitado.

A DOULA E A HUMANIZAÇÃO DO NASCIMENTO EM CENTROS HOSPITALARES

O termo e a atuação da doula, como conhecemos hoje, surgem da união entre uma tradição ancestral de apoio feminino no parto e uma releitura voltada à humanização do nascimento, consolidando-se especialmente a partir da década de 1970.

No sentido contemporâneo, a doula surge no Ocidente como uma resposta à medicalização e à institucionalização do parto. Se, durante séculos, mulheres foram acompanhadas por outras mulheres no momento de dar à luz, a hospitalização do nascimento deslocou esse cuidado para ambientes cada vez mais técnicos, muitas vezes afastados da dimensão afetiva, emocional e comunitária do parto.

A palavra “doula”, de origem grega, foi resgatada na década de 1970 pela antropóloga Dana Raphael para se referir à mulher que oferece apoio à mãe no ciclo da gestação, do parto e do pós-parto. Desde então, o termo passou a nomear uma profissional que não realiza procedimentos médicos, mas atua ao lado da gestante oferecendo acolhimento, informação, apoio físico e segurança emocional.

A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DOULA: AVANÇOS E DESAFIOS

A Revista Xapuri entrevistou Carolina Coelho, mãe de quatro filhos, doula, artista e, atualmente, agente territorial de cultura pelo MinC e pelo IFG. Também é uma das pro-

motoras de cultura na cidade de Formosa, Goiás, com alguns projetos já contemplados. Iniciou sua trajetória como doula no ano de 2021 e segue atuando desde então.

Em 2022, se envolveu a fundo nas pautas políticas. Hoje, ela representa a ADOULAGO, Associação de Doulas do estado de Goiás, uma das associações federadas a FENADOULAS – Federação de Doulas do Brasil. Além disso, participou ativamente das agendas acerca do projeto de lei que regulamentou a profissão.

“Estamos nessa luta há bastante tempo. Batemos muito de porta em porta na Câmara para que a regulamentação se concretizasse. Esse reconhecimento já muda o olhar das pessoas”, diz.

Ela conta que, apesar de pouco tempo de aprovação, os resultados já são perceptíveis: “Desde a regulamentação, várias coisas já mudaram. Nossa convenção deste ano será em Belém, e recebemos apoio do Ministério da Saúde. O Minis-





tério já vinha articulando conosco antes da regulamentação, mas agora esse diálogo ganhou mais peso. A doula não é mais apenas uma ocupação: é uma profissional da saúde. Esse reconhecimento muda muita coisa”.

ESTUDOS JÁ COMPROVARAM A IMPORTÂNCIA DA DOULA PARA A MÃE E O BEBÊ ANTES, DURANTE E APÓS O PARTO

Carol relata que existem comprovações científicas de que o acompanhamento de uma doula melhora significativamente a experiência da mãe durante o parto. “Já existem dados que mostram que a presença da doula no ambiente de parto pode reduzir a duração do parto. A mulher se sente mais confiante, mais acolhida, e esse trabalho de parto tende a evoluir melhor”, pontua.

Pesquisa publicada na *Revista Nursing*, em 2021, avaliou a percepção de 322 mulheres assistidas por doulas e apontou que 95% delas reconheceram a importância desse acompanhamento, enquanto 93% afirmaram que o trabalho da doula contribuiu muito durante o parto, especialmente nos aspectos físico e emocional.

A doula também explica como ocorre a assistência durante a gestação: *“Na gestação, oferecemos suporte por meio da educação perinatal. Trabalhamos temas importantes, como a fisiologia do parto, as fases do trabalho de parto, a amamentação e os cuidados com o recém-nascido. A ideia é ajudar a mulher a entender que o parto não é como nas novelas, em que a bolsa estoura e ela precisa sair correndo para o hospital. Existe todo um processo, e quanto mais ela compreende isso, mais consegue se resguardar”*.

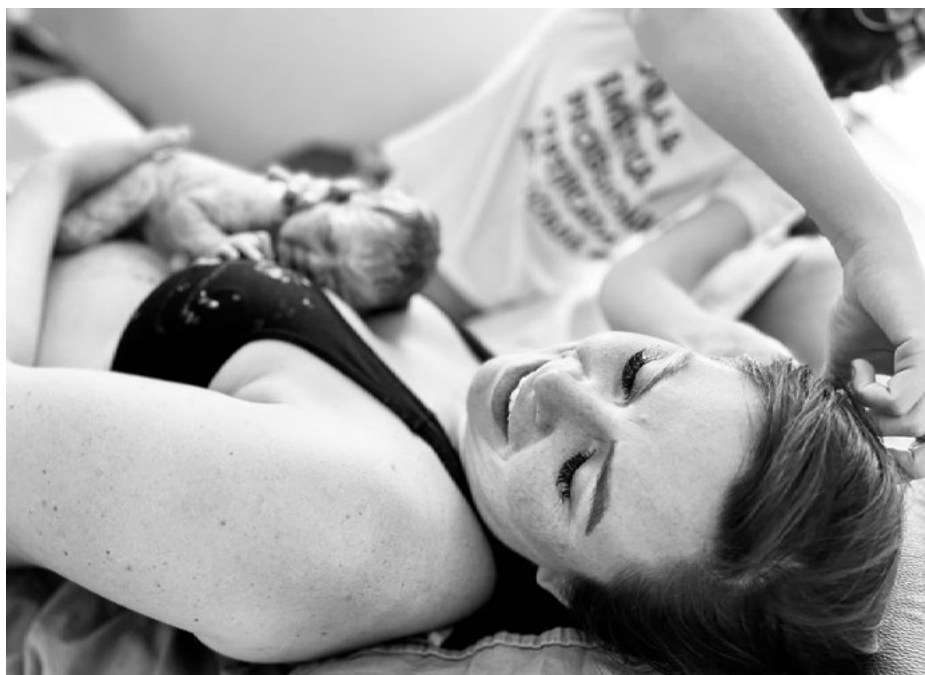
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Um momento delicado e lindo na vida de uma mãe pode acabar virando um pesadelo. Segundo dados da pesquisa “Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços público e privado”, divulgada em 2010 em parceria com o Sesc, os tipos mais comuns de violência durante o parto são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e negligência.

A presença de uma doula pode reduzir os riscos de violência obstétrica, mas não é capaz de impedir totalmente porque o problema é estrutural e depende das equipes, hospitais, protocolos e políticas públicas eficazes.

Carol pontua que a presença de uma doula na sala de parto pode reduzir riscos de violência porque ela atua como uma presença contínua de apoio, informação e acolhimento. “A doula pode minimizar essas situações, mas acredito que isso acontece mais pela instrução durante a gestação do que pela atuação direta no momento do parto. A mulher precisa estar muito ancorada em si e no conhecimento que recebeu. Ela precisa ter se apropriado da educação perinatal para conseguir dizer: Não, não é isso que eu quero”.

Ela também explica como é importante a mãe e o acompanhante estarem bem-informados no momento do parto. “A travessia do parto é muito forte. Muitas mulheres entram em um estado que chamamos de ‘partolândia’, e fica difícil decidir alguma coisa naquele momento. Como dou-





O que é?

É o desrespeito à autonomia e ao **corpo da gestante**, podendo se manifestar por meio de violência verbal ou física, e pela adoção de intervenções e procedimentos desnecessários



Pode ser praticada por **qualquer profissional** que preste assistência obstétrica, como médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem

Exemplos de violência obstétrica

-  Episiotomia sem necessidade ou sem informar à mulher
-  Manobra de Kristeller (pressão sobre a barriga da mulher para empurrar o bebê)
-  Amarrar a mulher durante o parto ou impedi-la de se movimentar
-  Negar anestesia, inclusive no parto normal
-  Dificultar o aleitamento materno na primeira hora
-  Proibir a entrada do acompanhante escolhido pela mulher

Previsão legal

No Brasil não há lei federal que defina violência obstétrica. Por isso, atos considerados como violações de direitos de gestantes e parturientes são enquadrados, por exemplo, como lesão corporal e importunação sexual

Fonte: Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul

la, eu não posso decidir por elas. Por isso, ao longo da gestação, a gente prepara também o acompanhante, para que, munidos de informação, ele ajude a gestante a tomar decisões”.

Além disso, a profissional também orienta acerca dos tipos de agressões que podem acontecer durante o parto, “Algumas violências são muito escancaradas, como a episiotomia, que é o corte vaginal, e que ainda aparece em alguns contextos. Outras são mais veladas, como quando o médico chama a mulher de ‘mãezinha’ e tenta fazer uma intervenção desnecessária. É preciso estar muito atenta para identificar também essas violências mais sutis”, explica.

No Brasil, a violência obstétrica ainda não é reconhecida como um crime específico no Código Penal. Isso significa que não existe, em âmbito federal, uma tipificação

própria chamada “crime de violência obstétrica”, com pena definida.

FALTA DE INFRAESTRUTURA E INFORMAÇÃO AINDA DESAFIA O ATENDIMENTO

Ao ser questionada sobre as diferenças entre o atendimento em uma cidade do interior e em uma capital, Carol aponta dificuldades enfrentadas em Formosa, no interior de Goiás. Em comparação com Brasília, no Distrito Federal, ela observa que a diferença não é apenas estrutural, mas também conceitual, já que alguns serviços de saúde ainda não contam com protocolos adequados para acolher a presença das doulas ou garantir práticas associadas ao parto humanizado.

“Aqui em Formosa, o desafio é maior por várias questões. Quando

pensamos no cuidado com a gestante, por exemplo, o SUS ainda é a grande referência. Temos algumas opções no atendimento particular, e eu já acompanhei mulheres em hospitais particulares daqui, mas, no SUS, ainda não vivemos alguns protocolos que já existem em outros lugares. Em Sobradinho (DF), por exemplo, quando o bebê nasce, ele já é colocado em contato pele a pele com a mulher. Aqui, além da menor aceitabilidade da doula nesse espaço, o nosso centro obstétrico é muito pequeno. Temos três salas de parto, sendo que apenas uma possui chuveiro”, relata

A importância da informação também aparece nas experiências mais marcantes vividas por Carol como doula. Ao final da entrevista, ela relembrou o caso de um bebê que nasceu dentro de um carro, em uma situação inesperada, mas con-

duzida com segurança justamente porque a gestante estava orientada e preparada.

“Foi a de um bebê que acabou nascendo no carro. A segurança daquela mulher fez com que o cenário se tornasse positivo. Não era minha função aparar o bebê, e tomamos muito cuidado com isso”, conta.

A situação, embora inusitada, reforça um ponto central defendido pela doula: informação, preparo e acolhimento podem fazer diferença concreta na forma como mulheres atravessam o parto, mesmo diante de cenários imprevistos.

ESPERANÇAR: PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A PROFISSÃO

Hoje, com a regulamentação da profissão, o ofício de doula ganha reconhecimento no Brasil, fortalecendo o debate sobre parto humanizado, direitos das gestantes, combate à violência obstétrica e valorização de profissionais que atuam ao lado das mulheres antes, durante e depois do nascimento.

“Estamos começando a acreditar que é possível viver da doulagem, embora ainda seja desafiador. Eu não posso dizer que, hoje, a doulagem me sustenta. Se eu não tivesse outros meios de trabalho, não teria meu salário. Hoje, consigo trabalhar pela associação e ser minimamente remunerada, mas fomos voluntárias durante muito tempo. Em Formosa, a doula-

gem ainda não é algo que me sustenta. Este ano, já tenho algumas gestantes, mas ainda queremos chegar ao ponto de viver da profissão. Para muitas doulas, isso ainda não é possível”.

DOULAS NO SUS O PRÓXIMO PASSO PARA UM NASCEM MAIS HUMANIZADO

Carol Coelho afirma que espera ver doulas inseridas no Sistema Único de Saúde e considera esse um dos caminhos mais importantes para ampliar o acesso das mulheres a esse acompanhamento. Segundo ela, a presença da doula no SUS permitiria que esse cuidado chegasse também a gestantes que não têm condições de pagar pelo serviço. A doula relata que já realiza muitos atendimentos sociais e que não deixa de acompanhar uma mulher por falta de recursos financeiros, embora reconheça que, na formação particular, muitas profissionais ainda sejam preparadas para atuar dentro de uma lógica mais voltada ao empreendedorismo.

“Tenho muitas experiências positivas, principalmente no SUS. Posso dizer que tive mais experiências positivas no SUS do que no particular. Embora o particular tenha mais estrutura, no SUS os protocolos tendem a ser mais respeitados. Não que o protocolo do particular seja diferente, mas, na minha experiência, no SUS eles são mais respeitados”.

“A regulamentação mudou o reconhecimento de uma profissão que foi marginalizada durante muito tempo. Estamos caminhando para o próximo passo, que é a inserção das doulas no SUS. Acreditamos que esse passo não deve demorar. Alguns estados já estão fazendo experiências, como Minas Gerais. No sul de Minas, por exemplo, há cerca de um ano algumas doulas atuam no Hospital de São Lourenço.”

Carol também ressalta que a doula não substitui o aparato médico. Pelo contrário: sua atuação complementa a equipe, oferecendo apoio físico, emocional e informativo em um momento tão delicado, contribuindo para a segurança, o acolhimento e o bem-estar da mãe e do bebê, “No cenário do parto, a doula está ali como apoio, não para interferir. Existe uma equipe médica responsável, e é importante respeitar esse lugar”.



Maria Leticia Marques -
Redatora-Chefe da
Revista Xapuri.

Referências

SAGAS, Yasmin dos Santos. *Práticas tradicionais Kaingang: gestação, parto e pós-parto*. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, UFSC, v. 10, n. 1, 2016.

RONDON, Maria Clara de Sales; SAMPAIO, Glebia Tenório; TALIZIN, Elisabete Venturini. *Mulheres assistidas por doulas: estudo exploratório*. Revista Nursing, v. 24, n. 279, p. 6045-6048, 2021.



Foto: Adriano Gambarini



LOBO-GUARÁ: A NOBREZA SELVAGEM DO CERRADO

Thais Silveira

Imagine um animal de pernas que lembram “botas de cano alto”, pelagem avermelhada flamejante e um ar de nobreza selvagem. Esse é o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), um dos maiores tesouros da fauna brasileira, que ganhou ainda mais fama ao estampar a nota de 200 reais. Seu jeito silencioso de cruzar os campos abertos do Cerrado encanta quem o observa: uma verdadeira obra de arte da natureza.

Maior canídeo da América do Sul, o lobo-guará pode chegar a pesar 36 quilos. Suas pernas longas funcionam como um verdadeiro superpoder: ajudam o animal

a enxergar acima da vegetação alta e a percorrer com agilidade vastas áreas abertas. Diferente dos lobos retratados nos filmes, ele é um animal solitário, discreto e independente.

Na alimentação, quase tudo entra no cardápio: pequenos roedores, insetos e, principalmente, os frutos da lobeira (*Solanum lycocarpum*), considerados seus favoritos. Ao consumir essas frutas, o lobo-guará espalha sementes pelo Cerrado e contribui diretamente para a regeneração da vegetação, tornando-se um importante aliado do equilíbrio ambiental.

Apesar de sua beleza e importância ecológica, o lobo-guará enfrenta diversas ameaças. Queimadas, desmatamento e atropelamentos em rodovias colocam em risco a sobrevivência da espécie. Preservar o Cerrado significa proteger não apenas um símbolo da biodiversidade brasileira, mas também um animal essencial para a manutenção desse ecossistema.



Thais Silveira - Bióloga (Universidade Estadual de Santa Cruz), pós-graduada em gestão para sustentabilidade pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O RIO NÃO É ESGOTO, É VIDA

Francisco Piyãko

Está ficando comum ver políticos, em várias partes do Brasil, adotando uma postura perigosa quando falam dos povos indígenas, da floresta e do desenvolvimento.

A gente vê isso no Congresso, nos estados, nos municípios, de vereador a senador. Eles começam dizendo que querem discutir progresso, mas logo colocam os povos indígenas como atrasados, pobres, coitadinhos, impedidos de crescer porque estariam controlados por ONG ou por alguém de fora.

Isso não é verdade. Isso é desconhecimento. E mais do que desconhecimento: é uma forma de preconceito.

Nenhuma pessoa que fala assim tem legitimidade para falar por nós. Nenhuma autoridade, nenhum parlamentar, nenhum prefeito, nenhum vereador tem o direito de falar em nome dos povos indígenas sem nos ouvir.

Muito menos de questionar nosso modo de vida, nossa cultura, nossa língua, nossa relação com a floresta, com os rios e com os nossos territórios.

Não somos pobres do jeito que tentam nos apresentar. Não estamos vivendo a miséria que alguns políticos querem usar como argumento para defender seus próprios interesses. Nós sabemos quem somos. Sabemos onde estamos. Sabemos o que defendemos. Sabemos também o que está acontecendo no mundo.

Nós temos produção. Temos alimento. Temos fartura nos nossos territórios. Em cada lugar por onde

passamos, a gente vê a força da produção indígena, a comida partilhada, o banquete que nasce da terra, do rio, da floresta e do trabalho das comunidades. Isso também é riqueza. Isso também é desenvolvimento. Isso também é vida.

Querer empobrecer os povos indígenas é tirar a gente desse ambiente. É arrancar nossas crianças do lugar onde elas têm espaço para brincar, crescer, aprender, viver com liberdade e conhecer a história do seu povo. É levar uma população inteira para dentro dos centros urbanos com a promessa de que ali vai melhorar de vida, quando muitas cidades ainda não resolveram a pobreza, a falta de saneamento, de moradia, de alimento, de saúde e de educação.

Que vida querem dar para nós?

A vida da periferia abandonada?

A vida sem território?

A vida sem rio limpo, sem floresta, sem língua, sem cultura, sem autonomia?

Dizer que estamos isolados é conversa. Daqui da floresta, nós enxergamos o mundo. Sabemos das guerras, dos interesses econômicos, das disputas por terra, água, minério, madeira e energia.

Sabemos também o grau de pobreza que existe em muitas cidades, principalmente nas periferias, onde falta saneamento, moradia, alimento, educação e saúde. Se esse modelo urbano ainda não resolveu a pobreza de tanta gente, por que querem dizer que ele é a única salvação para os povos indígenas?

Nós vivemos na floresta porque essa é uma escolha nossa, uma herança dos nossos antepassados e um direito reconhecido. A Constituição Federal reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Isso não é favor de governo. Não é concessão de político. É direito.

Quando dizem que querem nos dar liberdade, é preciso perguntar: liberdade para quem? Para nós decidirmos ou para outros decidirem por nós? Porque a autonomia indígena não é abrir nossas terras para invasão.

Autonomia não é permitir que interesses de fora entrem nos territórios em nome de um progresso que não foi escolhido por nós. Autonomia é o direito de viver, se organizar, proteger e decidir conforme nossa cultura, nossa história e nossa forma de compreender a vida.

Nós respeitamos o meio ambiente porque sabemos a importância da floresta. Sabemos a importância do rio. Para nós, o rio não é esgoto. O rio é vida. A floresta não é atraso. A floresta é vida. É alimento, remédio, espiritualidade, memória, conhecimento, futuro. A nossa cultura, a nossa tradição, a nossa língua e o nosso modo de viver em harmonia com a natureza não foram inventados agora. Vêm dos nossos antepassados.

Também não aceitamos que esse modelo de fora seja levado para



dentro dos nossos territórios como se fosse solução. Onde esse modelo chegou abrindo estrada, levando agronegócio, explorando rio, minério e madeira, ele não ajudou os povos indígenas. Ele empobreceu. Ele trouxe conflito, invasão, destruição e perda de autonomia. Esses exemplos nós conhecemos. E é por isso que nós não queremos esse caminho.

Por isso, quando alguém diz que terra indígena impede o desenvolvimento, está olhando para a Amazônia com os olhos da exploração. Para nós, desenvolvimento não é destruir a floresta para depois chamar isso de progresso. Desenvolvimento é ter saúde, educação, comunicação, transporte quando necessário, produção, segurança, autonomia e respeito, sem perder o território, a cultura e a vida.

Nós não somos contra direitos. Nós queremos direitos. Queremos políticas públicas. Queremos ser respeitados. Queremos que nossos jovens estudem, que nossas comunidades tenham atendimento de saúde, que nossas línguas continuem vivas, que nossos territórios

sejam protegidos, que nossas decisões sejam ouvidas.

O que nós não aceitamos é que usem a palavra desenvolvimento para tentar violar nossos direitos. Não aceitamos que nos chamem de atrasados para justificar invasão. Não aceitamos que digam que somos manipulados para negar nossa capacidade de pensar, decidir e lutar. Não aceitamos que falem por nós sem conhecer nossa realidade.

As nossas terras não estão disponíveis para esse tipo de invasão. Nós sabemos nos organizar. Sabemos nos proteger. Estamos firmes na defesa daquilo que é nosso direito.

Quem quer discutir desenvolvimento precisa primeiro aprender a respeitar. Precisa conhecer a realidade dos povos indígenas antes de nos taxar de pobres, miseráveis ou incapazes. Precisa entender que floresta em pé não é atraso. Rio limpo não é atraso. Língua viva não é atraso. Cultura preservada não é atraso. Território protegido não é atraso.

Atraso é continuar repetindo preconceitos antigos com palavras novas. Atraso é achar que os

povos indígenas precisam ser tutelados. Atraso é tratar a floresta como mercadoria e o rio como esgoto. Atraso é imaginar que só existe um jeito de viver, produzir e desenvolver. Nós sabemos muito bem o que estamos fazendo. E o que estamos fazendo é proteger a vida.

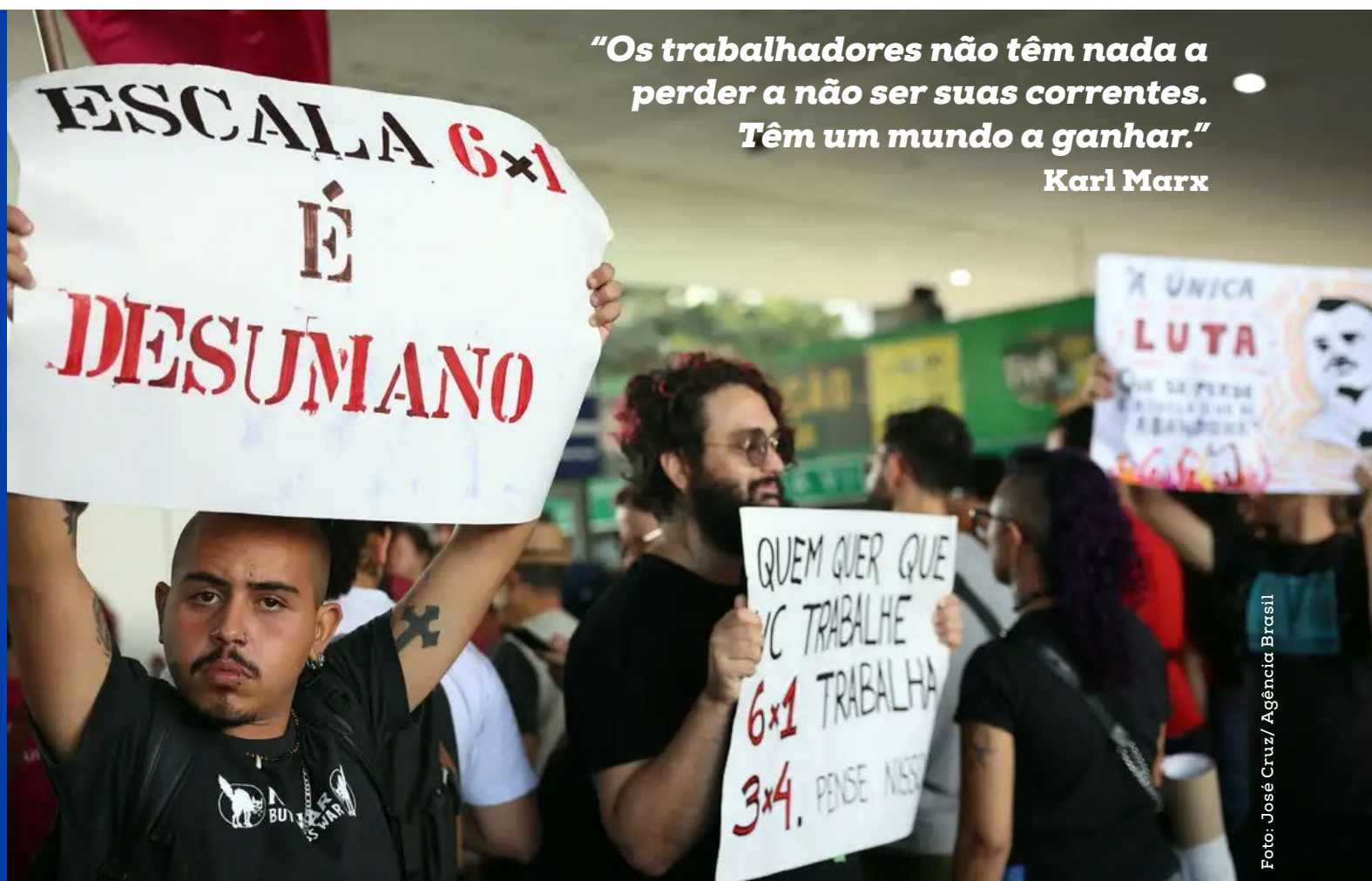
Então, deixa a gente viver em paz. Deixa a gente viver no nosso canto. Se quiserem saber o que nós queremos, vão visitar o nosso território. Vão conversar com a gente. Vão ouvir nossas lideranças, nossas mulheres, nossos jovens, nossos anciãos. Não fiquem fazendo discurso sobre nós sem perguntar o que nós queremos.

Porque ninguém tem o direito de falar por nós sem nos ouvir. E ninguém tem o direito de chamar de atraso aquilo que, para nós, é vida.



Francisco Piyäko - Liderança do povo Ashaninka - Coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (Opirj).

Fonte: <https://ovaradouro.com.br/o-rio-nao-e-esgoto-o-rio-e-vida/>



"Os trabalhadores não têm nada a perder a não ser suas correntes. Têm um mundo a ganhar."

Karl Marx

Foto: José Cruz / Agência Brasil

SEIS PRA ELES, UM PRA TI: 6X1

Geraldo Lopes de Souza Júnior

Caboco, esses dias a gente cometeu um erro clássico da vida adulta: tentar reunir a turma da nossa infância. Era só matar a saudade. Nada demais.

Um churrasquinho, umas histórias repetidas, alguém dizendo que “naquele tempo era melhor” e outro jurando que ainda joga bola – mesmo com o joelho pedindo aposentadoria.

Mas aí começou o problema.

Tem os amigos que vivem no 5x2: trabalham de segunda a sexta e têm o fim de semana livre. Teoricamente. Já chegam dizendo:

– Bora sábado, que no domingo eu quero descansar!

Só que tem os outros. Os sobreviventes do 6x1. Esses respondem com um silêncio respeitoso, seguido de um:

– Rapaz... sábado eu trabalho.

– Então domingo! – grita alguém, ainda otimista.

Domingo até dá..., mas aí entra a vida. Um resolve coisa de casa, outro visita a mãe, outro precisa simplesmente... existir um pouco.

Quem vive de 6x1 não descansa. Se recupera. E, às vezes, nem isso. Aí tentamos sexta à noite.

Um tá morto. Outro sai tarde. Outro já tá pensando no sábado. Tem a hora extra. E tem aquele cuja família também resolveu sentir saudade.

Tentamos marcar com duas semanas de antecedência. Virou reunião de cúpula: agenda daqui agenda dali, compromisso familiar, plantão, feira, conta pra pagar, roupa pra lavar.

No fim, a gente descobriu uma coisa triste: não é que a turma não quer se ver... é que o tempo da gente não bate mais.

E, quando o tempo não bate, a saudade fica sem data.

QUE ESCALA?

Caboco, deixa eu te contar uma coisa: a tal da escala 6x1 não é escala de trabalho, não. É um teste de resistência disfarçado de contrato.

Tu entras na semana cheio de planos: Segunda, tu acreditas. Terça, tu insistes. Quarta, tu negocias com Deus. Quinta, tu sobrevives. Sexta, tu viras um conceito abstrato. Sábado... tu já és patrimônio da firma.

Aí chega o domingo. O glorioso “um” da história. O dia do descanso. O dia que, na teoria, era pra ti ser gente.

Mas não.

Domingo tu acordas com dor até em músculo que nem sabias que existia. A coluna parece que passou a semana carregando sacas de farinha nas costas – aquela da ovinha de Cruzeiro do Sul. E talvez tenha carregado mesmo.

A cabeça ainda está no trabalho, fazendo *check-list* invisível. E, quando tu começa a relaxar... pronto. Já é noite. Já tem um fantasma sussurrando no teu ouvido: “amanhã tem mais”.

É um descanso com prazo de validade menor que iogurte em promoção.

E o pior, meu irmão, é que a gente naturalizou isso. O sujeito fala “trabalho 6x1” com o mesmo orgulho de quem diz que corre maratona. Só que, na maratona, pelo menos, tem medalha no final. Aqui, o prêmio é um salário que mal paga o cansaço.

Tem patrão que ainda diz:

– Mas tu tens um dia de folga!

QUE ESCALA?

A TAL DA ESCALA **6x1** NÃO É ESCALA DE TRABALHO.
É UM TESTE DE RESISTÊNCIA DISFARÇADO DE CONTRATO.



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
TU ACREDITAS.	TU INSISTES.	TU NEGOCIAS COM DEUS.	TU SOBREVIVES.	TU VIRAS UM CONCEITO ABSTRATO.	TU JÁ ÉS PATRIMÔNIO DA FIRMA.	O GLORIOSO “UM” DA HISTÓRIA.
						



Tem, sim. Um dia pra resolver o que não deu tempo na semana: lavar roupa, pagar conta, visitar parente, consertar o que quebrou e, se sobrar um restinho de alma, descansar.

Descansar virou luxo. Quase um hobby.

E olha que o corpo avisa, viu? Ele manda sinais: cansaço acumulado, irritação que brota do nada, vontade de largar tudo e

abrir uma barrquinha de tacacá no meio do nada.

Mas a gente ignora. Porque segunda-feira chega igual cobrança: sem atraso e sem piedade.

E aí chega o tal do Dia do Trabalhador. Primeiro de maio.

Um feriado pra celebrar quem trabalha.

Na prática, pra muita gente do 6x1, é só mais um dia na escala – ou, quando muito, um domingo com nome bonito.

SITUAÇÃO LEGAL

Agora segura essa, caboco: a escala 6x1 não caiu do céu nem é invenção de patrão criativo. Ela está dentro da lei. A legislação trabalhista brasileira permite jornadas de até 44 horas semanais – e a forma como essas horas são distribuídas virou prática comum no comércio, nos serviços e afins.

Só que o vento começou a mudar.

Hoje já existem propostas no Congresso querendo reduzir a jornada de trabalho. Algumas defendem 40 horas semanais, outras falam em quatro dias de trabalho, outras em acabar, na prática, com o 6x1. Ainda não virou lei – mas também não é mais conversa de mesa de bar.

De um lado, centrais sindicais, movimentos de trabalhadores e parte dos parlamentares. O argumento é direto: trabalhar seis dias seguidos desgasta o corpo, adoce a mente e piora a vida. Gente cansada produz pior, vive pior e adoce mais. No fim, a conta chega para todo mundo.

Do outro lado, entidades empresariais e outra ala do Congresso torcem o nariz. O medo é



simples: reduzir a jornada sem reduzir salário pode aumentar custos, apertar negócios e até gerar desemprego. Para esse grupo, a conta não fecha.

E, no meio disso tudo, o trabalhador – que não participa da reunião, mas paga o cafezinho.

Mas antes de seguir nessa briga de planilha, vale levantar uma questão mais funda.

É possível medir a qualidade de vida de um povo e seu grau de civilização pelas horas dedicadas ao trabalho produtivo e pelo tempo liberado para o lazer. Na França, o programa eleitoral do Partido Socialista de 1981 era reduzir a jornada a 35 horas semanais, o que foi parcialmente conquistado no governo de François Mitterrand.

Essa preocupação se estendeu às pesquisas realizadas por antropólogos franceses sobre o tempo dedicado pelos Yanomami à atividade produtiva. Bruce Albert e Jacques Lizot publicaram artigos sobre o tema e concluíram que originalmente os Yanomami necessitam ocupar uma média de três horas e meia por dia para viverem em abundância com todas as necessidades satisfeitas, sem buscar lucro, acumular riquezas ou explorar o trabalho de outros.

O tempo que sobra é empregado em outras atividades espirituais, de estudo e lazer, de cuidados com a família, de desenvolvimento da arte, do canto, da dança, da reza, e ainda ao namoro, à diversão. Enfim, à vida.

Mas aí entra o Kim Kataguiri para explicar que isso tudo, na verdade, é para o teu bem.

Diz ele que, se acabar o 6x1, a tua vida pode piorar. Que tu vais trabalhar menos... e sofrer mais. Um conceito interessante: o sofrimento preventivo.

A lógica é bonita no papel. Dizem que, se tu tiveres mais tempo livre, a economia se ofende. Que o patrão fica triste. Que o emprego se assusta e vai embo-



ra, igual bicho do mato com barulho de panela.

Ou seja: melhor continuar cansado. Por segurança.

Tem também a tese da produtividade. Segundo esses sábios da planilha, o problema não é tu trabalhares seis dias seguidos. O problema é que tu ainda não produziste o suficiente para merecer descansar.

Descanso, nesse raciocínio, não é direito. É prêmio por bom comportamento.

E tem mais: dizem que isso nem vai mudar a vida da maioria. Porque o Brasil é cheio de informal,

de autônomo, de gente que já vive no improviso.

Repara na lógica: como nem todo mundo vai melhorar, então ninguém melhora.

É quase um princípio filosófico. Tipo: já que nem todo mundo pode comer, vamos manter a fome organizada.

E, claro, não podia faltar o clássico: “isso é populismo”.

Porque populismo mesmo é prometer vida melhor para quem trabalha. O sensato, pelo visto, é prometer que vai continuar ruim – e chamar isso de responsabilidade fiscal.



No fim, caboco, o argumento é esse: se tu trabalhares menos, pode ser que falte trabalho. Então o melhor é garantir que nunca falte cansaço.

CABO DE GUERRA

Se tu olhares bem, caboco, o Congresso hoje parece uma partida de cabo de guerra – só que a corda é o teu tempo de vida. De um lado, a turma que quer acabar com o 6x1 fala de saúde mental, qualidade de vida e produtividade, defendendo uma ideia simples: trabalhar é preciso, mas viver também é.

Do outro, quem puxa com cautela – ou com medo mesmo – levanta a bandeira da responsabilidade, do impacto econômico e do risco de desemprego. Traduzindo: se mexer na engrenagem, pode ranger, e ninguém quer ser o culpado pelo barulho.

Só que tem um detalhe que quase ninguém admite: essa corda não começou a ser puxada agora. Ela já está esticada faz tempo – e sempre para o mesmo lado. Enquanto o debate acontece em Brasília, quem já vem sendo puxado há anos é o trabalhador comum. É ele que estica o dia quando o salário não fecha, que engole o cansaço porque segunda-feira não negocia, que aprende a viver em parcelas de descanso e a tratar exaustão como rotina.

Por isso, quando alguém puxa a corda na direção contrária, pedindo mais tempo e mais equilíbrio, isso não é exagero – é ajuste. É perceber que a balança nunca esteve equilibrada. E aí vem o incômodo, porque mexer no que sempre foi “normal” dá a impressão de risco, mesmo quando o risco maior é continuar como está. Foi assim quando os escravizados lutavam pela abolição dessa coisa abjeta que foi a escravidão.

E, no meio dessa corda, continua quem sempre esteve: tu. Só que talvez, pela primeira vez em muito tempo, tu não estejas apenas sendo puxado. Tem mais gente segurando contigo, dizendo que descanso não é luxo e que viver não pode ser só intervalo entre um expediente e outro.

Tempo livre não devia ser coincidência. Devia ser parte da vida. Porque, no fim, a escala 6x1 é isso: seis dias vivendo pros outros e um tentando lembrar quem tu eras.

Mas se essa corda continuar sendo puxada do outro lado, com força suficiente, pode ser que esse “um” deixe de ser exceção. Pode ser que vire dois.

E quem sabe, no meio disso tudo, sobre tempo até praquilo que parecia simples e ficou impossível: juntar a turma, acender a churrasqueira, repetir as histórias de

sempre e, por algumas horas, viver sem precisar contar os dias até a próxima segunda-feira.

Lizot, Jacques. *Economie primitive et subsistance essais sur le travail et l'alimentation chez les Yanomami. L'Homme*, vol. 11, nº 1, pp. 30-51. 1971

Kopenawa, Davi & Albert, Bruce. *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo. Companhia das Letras. 2015

www.taquiprati.com.br/cronica/1411-carta-ao-general-mourao-o-indio-do-amazonas?reply=28858

www.em.com.br/politica/2026/04/7404308-katagui-ri-defende-escala-6x1-trabalhador-vai-enxergar-que-foi-enganado.html

<https://jornalgrandebahia.com.br/2026/04/ccj-aprova-pecs-que-propoe-fim-da-escala-6x1-e-reducao-da-jornada-de-trabalho-no-brasil/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/república/deputados-batem-boca-escala-6-1/>



Geraldo Lopes de Souza Jr. –
Estatístico e Cronista em
www.taquiprati.com.br/cronica/1833-seis-pra-eles-um-pra-ti-6-por-1

O SELVAGEM E O HUMANO

—— Antenor Pinheiro, especial de *British Columbia, Canadá*

No Canadá, onde as florestas parecem não ter fim e o inverno esculpe o silêncio, existe um território de fronteira entre o selvagem e o humano. É o caso da província de *British Columbia*, num lugar chamado *Northern Lights Wildlife Wolf Centre*, um centro especializado que transforma a presença indomável de lobos em linguagem acessível à indústria audiovisual e a programas de visitação socioambientais, onde a natureza não é apenas observada, mas também cuidadosamente mediada.

Ali, lobos nascidos em cativeiro crescem sob o olhar humano, aprendendo a tolerar sua proximidade. Não se tornam domésticos, mas atravessam uma linha tênue onde o instinto encontra o condicionamento. Veja-se na fotografia: dois lobos repousam sobre a rocha. Um mantém os olhos semicerrados, em

vigília serena; o outro dorme profundamente, entregue à quietude.

Há entre eles uma confiança silenciosa, um pacto antigo que dispensa conflito. A proximidade revela mais do que descanso: fala de vínculo, de hierarquia estabilizada, de um tempo interno que resiste, ainda que parcialmente, à lógica do controle humano. Mas há, sob essa superfície de harmonia, uma pergunta persistente.

O que se perde quando o lobo deixa de ser apenas lobo para tornar-se também imagem? A tranquilidade que vemos (o corpo estendido, a respiração lenta) pode ser sinal de segurança, mas também de adaptação a um mundo onde a liberdade foi redesenhada.

Entre a educação ambiental, o espetáculo e a conservação, esses espaços habitam uma zona de tensão. E talvez seja justamente nessa

tensão que a imagem ganha força: dois lobos, ainda inteiros em sua essência, descansam, e por um instante nos fazem esquecer (ou lembrar) de tudo aquilo que não pode ser completamente domado. Criar animais em cativeiro evita a captura e reduz riscos, ao mesmo tempo em que permite ao público aproximar-se de espécies que, de outra forma, permaneceriam distantes.



Antenor Pinheiro –
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial
da Revista Xapuri.



Imagem: Antenor Pinheiro (junho/2015)



ARTE RUPESTRE NO BRASIL

Altair Sales Barbosa

É chamada "Arte Rupestre" toda expressão gráfica, gravura ou pintura que utiliza como suporte uma superfície rochosa, independentemente de sua qualidade

e de suas dimensões: podem ser as paredes de abrigos, de grutas ou de penhascos, mas também rochas isoladas ou agrupadas, em campo aberto. Ou seja, é um

acervo de pinturas e gravações realizadas pelo homem pré-histórico, usando como fundo ou suporte as rochas.

Certas manifestações de arte rupestre remontam a 35.000 anos Antes do Presente (AP), como as existentes na França, ou a 26.000 anos AP, como na África Austral, gruta Apolo 11, na Namíbia, ou ainda a mais de 20.000 anos, como na Austrália.

Embora se encontrem manifestações de arte rupestre em todos os estados brasileiros, aparentemente ela está concentrada e é mais conhecida e variada nas áreas do Nordeste e do Centro do Brasil.

As pinturas e as gravuras são encontradas com mais frequência em grutas e paredões rochosos, quase sempre em lugares abrigados, claros e abertos.

As pinturas são encontradas geralmente em pontos mais duros e lisos da rocha, e as gravuras em pontos mais moles e em paredes mais irregulares. Os sinais estendem-se desde o nível do chão até onde podia alcançar a mão, quer parando sobre o piso do abrigo, saliências

da rocha, árvores ou andaimes. Raramente se encontram em alturas inatingíveis. Na maioria das vezes, o lugar apresenta sinais de ter sido ocupado temporariamente ou mostra sinais de permanência mais prolongada.

A arte rupestre é assinalada no Brasil desde o século XVIII, pelo Pe. Francisco Corrêa Telles de Menezes, e sítios de Minas Gerais são mencionados por Saint-Hilaire e Peter Lund, já nos primeiros anos do século seguinte.

Na primeira metade do século XX, já existem referências de arte rupestre em diversos estados brasileiros.

As primeiras tentativas de classificação do material por áreas ocorrem por meio de mapas gerais e surgem a partir da década de 1970. Desde então, sínteses mais bem elaboradas foram sendo organizadas, principalmente por Niède Guidon, André Prous e Pedro Ignácio Schmitz.

Os autores brasileiros costumam usar, nas sínteses que produzem, o termo "tradição" para o conjunto de arte rupestre que tem uma temática ou elementos técnicos idênticos e apresenta uma grande difusão territorial. E os termos "estilo", ou "fase", para indicar conjuntos de sítios que, dentro da Tradição, apresentam características comuns ou muito semelhantes.

O mapa a seguir é uma tentativa de organizar as principais tradições de pintura rupestre classificadas no Brasil. Os espaços vazios não indicam falta de manifestações artísticas, mas apenas falta de pesquisa ou divulgação.



Altair Sales Barbosa - Pesquisador do CNPq. Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Professor convidado da UniEvangélica Membro do Corpo Editorial da *Revista Xapuri*.



Foto: Pedra do Ingá-PB/ Wikimedia Commons



100 ANOS DE MILTON SANTOS: O GEÓGRAFO QUE TRANSFORMOU TERRITÓRIO EM POLÍTICA

Henrique Nunes

Em 3 de maio de 1964, o jovem e já destacado geógrafo brasileiro Milton Santos completou seus 38 anos no quartel do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), localizado no bairro do Cabula, em Salvador, Bahia. O golpe militar havia acabado de acontecer no Brasil, e intelectuais como ele estavam na primeira leva de subversivos a serem perseguidos.

Negro, insubordinável e com ideias que ainda ecoam nas palavras de ordem do campo progressista, Santos passou os três meses seguintes isolado de todos. Isolado do mundo. Sua força narrativa e física, no entanto, sucumbiria a um grave problema de saúde, curiosamente o responsável por sua liberação do cárcere.

O geógrafo sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) em junho de 1964, que paralisou parte de seu rosto. Após ser internado em um hospital, foi liberado pelos militares e autorizado a voltar para casa, embora continuasse sob vigilância e malvisto pelo regime. Mas havia ali uma nova oportunidade: partir com passagem só de ida para a Europa e fugir da violência em curso no país.

Seu destino foi a França, onde viveu até 1977. Foi nesse período que, por sugestão de colegas franceses, passou também a lecionar no país europeu. A trajetória foi marcante, a ponto de se tornar professor titular da Uni-

versidade de Sorbonne e consolidar-se como uma das principais referências em sua área no mundo. A consagração veio em 1994, com o Prêmio Vautrin Lud, considerado o “Nobel da Geografia”.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 1997, ele proferiu uma de suas frases mais emblemáticas e que, de certa forma, resume sua trajetória até então:

“Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas, juntas, dão o que dão, não é? É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica.”

A REVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA

100 anos após seu nascimento, celebrado neste 3 de maio de 2026, seu legado permanece central para compreender o mundo contemporâneo. Milton Santos morreu em 2001, em decorrência de câncer de próstata, e é reconhecido como um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX.

Autor de mais de 35 livros, geógrafo, professor e pensador crítico, tornou-se reconhecido mundialmente por sua análise da globalização, do espaço urbano e das desigualdades sociais. Sua

obra propõe uma geografia crítica, voltada à perspectiva dos países subdesenvolvidos e à humanização do território.

“A globalização é uma expressão que é baseada num velho ideal da humanidade que é a comunhão universal, mas que é feita justamente para reduzir a possibilidade dessa comunhão. A globalização é o estágio supremo do imperialismo”, definiu o pensador em entrevista.

Além de sua conhecida reflexão sobre globalização, Santos também cunhou o termo Meio Técnico-Científico-Informacional, conceito que define a fase atual do capitalismo, em que o espaço é transformado por novas tecnologias e fluxos de informação. Ideias que se mantêm conectadas com o presente.

É dele também a formulação dos conceitos de Geografia Crítica e Território, em que sugere o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, o chamado território usado, criticando a visão puramente física da geografia.

Embora reconhecido pela academia, Milton Santos nunca se desvinculou de sua origem humilde, nem mesmo quando lecionava para públicos do Brasil e do exterior. Até o fim da vida, defendeu que a transformação social viria “de baixo para cima”, ou seja, a partir dos deserdados e dos pa-

íses pobres, e não das elites globais. Um visionário, portanto.

DOIS LIVROS DE MILTON SANTOS

Território e Sociedade – Entrevista com Milton Santos (2000) – Resultado de duas sessões que totalizaram cerca de dez horas de conversa, o livro oferece um

acesso privilegiado ao pensamento de Milton Santos. Para ele, a tarefa do intelectual é, antes de tudo, a da crítica. Engajado, buscou compreender o mundo para produzir as ideias necessárias à sua transformação, como deixa evidente ao longo de suas respostas nessa entrevista.

Milton Santos e o Brasil – Território, lugares e saber (2004) – O livro reúne 17 artigos críticos que analisam diferentes aspectos do pensamento de um dos mais importantes geógrafos brasileiros. Os textos são fruto do seminário homônimo realizado em Salvador, entre 17 e 19 de julho de 2002, promovido pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Universidade Federal da Bahia.



Henrique Nunes – Jornalista. Fonte da Matéria: <https://fpabramo.org.br/edicao/edicao-229-revista-focus/>



Foto: Acervo Milton Santos/Divulgação

DANIEL GAIO, PRESENTE!

Fetec-CUT/CN lamenta o falecimento de Daniel Machado Gaio, ex-diretor da Federação

A Federação dos Trabalhadores em Empresa de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) lamenta com profundo pesar o falecimento do ex-dirigente sindical Daniel Machado Gaio, ex-diretor da Fetec, ocorrido no dia 30 de abril.

Sociólogo e mestre em Políticas Públicas da Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Daniel era bancário da Caixa Econômica Federal, foi diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, estava na direção da Contraf-CUT e integrava a Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasil). Militante comprometido com as transformações sociais, construiu uma trajetória marcada pela coerência, dedicação e firme defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Daniel enfrentou com coragem e dignidade sua luta contra o câncer, sem abrir mão da intensidade de viver, da alegria, da empolgação e da generosidade que marcaram sua convivência com companheiros e companheiras de militância.

Como secretário nacional de Meio Ambiente da CUT, teve papel fundamental para colocar o debate ambiental no centro da agenda do movimento sindical, defendendo a construção de um modelo de desenvolvimento que articule justiça social e justiça ambiental. Para Daniel, não há futuro possível sem o cuidado com o planeta e com os trabalhadores e trabalhadoras.

Reconhecido pela capacidade de diálogo, pela solidariedade e pelo compromisso coletivo, Daniel Gaio deixa um legado político, humano e sindical que seguirá presente nas lutas que ajudou



DANIEL GAIO

PRESENTE HOJE
E SEMPRE!

a construir e nas ideias que defendeu ao longo da vida.

A Fetec-CUT/CN manifesta sua solidariedade aos familiares, amigos, companheiros e companheiras neste momento de profunda dor. O movimento sindical perde

uma grande liderança e um grande amigo, cuja memória continuará inspirando a caminhada por uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Fonte: Contraf-CUT, com Fetec-CUT/CN



Durante a reunião, uma das integrantes da mesa, Diellen,





Fotos: @ ricardovalel / Instagram

ressaltou o alto nível de preparo exigido pelo concurso: “Esse concurso teve a maior nota de corte do Distrito Federal, então é sempre importante a gente lembrar isso, porque todo mundo aqui estudou muito, abdicou das suas vidas, da sua família, para se dedicar à Secretaria de Educação e ter uma estabilidade, que é o que todos e todas nós esperamos”.

Para quem defende uma educação de qualidade, o cenário da educação básica no país é preocupante, marcado pela ausência de concursos públicos e pela alta presença de profissionais contratados temporariamente. Mais de 50% dos docentes atuam nessa condição, o que reforça a necessidade de defesa do concurso público.

A Deputada Federal Erika Kokay, presente na reunião, pontuou: “A educação é a política pública que mais se derrama sobre outras

políticas públicas. Porque, para você ter uma boa política de saúde, geração de renda e emprego, é preciso ter uma boa política de educação. Porque é o diálogo das pessoas. Nós temos um processo de dominação que busca nos fragmentar, e a educação nos dá a possibilidade de sermos inteiros”.

A educação não pode ser vista como algo secundário, pois ela é a base de todas as outras políticas públicas. É a partir dela que conseguimos avançar na saúde, na geração de emprego, na cultura e na formação de uma sociedade mais consciente, crítica e preparada para o futuro.

Carlos, também integrante da mesa, expressou o sentimento de indignação de muitos profissionais da educação: “O STF recentemente validou o que era para ser óbvio: o direito do professor temporário de receber pelo me-

nos o piso salarial. Gente, precisou chegar até o STF? Os governantes, principalmente da extrema direita, não dão tanta importância para a educação”.

Valorizar a educação é valorizar as pessoas. É garantir que profissionais tenham condições reais de exercer seu trabalho com qualidade e que estudantes tenham acesso a um ensino que transforme suas vidas.

Enquanto a educação sofre com evasão, sobrecarga e falta de profissionais, tem gente esperando, pronta pra assumir e fazer a diferença. A Educação se fortalece com professor/a em sala, valorizado/a e presente.



Rosilene Corrêa – Dirigente da CNTE, Conselheira da Revista Xapuri, com informações do Palácio do Planalto, da Revista Focus Brasil e da Central Única dos Trabalhadores.



Foto: Sérgio Silva/FPA

O TEMPO DIFÍCIL QUE NOS TOCA VIVER

Paulo Maldos

O capital financeiro capturou o Estado e não permite respostas suficientes e necessárias para as demandas da sociedade e dos indivíduos. A desigualdade econômica brutal, a solidão e o individualismo exacerbados e a atomização social instalaram um mal estar profundo e disseminado.

Esse mal estar impregna uma insatisfação com as instituições, com o cotidiano, com a forma da democracia, marcada pela perspectiva individualista e sem visão de superação coletiva.

A esquerda, no Brasil e no mundo, fez um percurso de luta contra as ditaduras e o fascismo e, portanto, de valorização extrema da forma da democracia, passando a defendê-la intensamente até este momento de sua captura pelo capital financeiro.

A esquerda passou a defender as instituições de Estado e a pedir muita paciência com suas imperfeições e com seu ritmo sempre lento em mudanças, quando o mal estar instalado gera uma insatisfação brutal.

A direita captou essa insatisfação e a direcionou contra tudo e contra todos, contra o Estado, contra o otimismo, contra os valores democráticos defendidos pela esquerda, legitimando o ódio contra os mais frágeis, contra os diferentes, contra tudo o que significa racionalidade política, busca de direitos e igualdade.

Impulsionada por essa espécie de náusea individual frente ao cenário cotidiano e todos seus componentes, a direita passou a potencializar e legitimar a gôlfa-

da visceral do ódio contra tudo como algo libertador: liberação de instintos irracionais, ânimo de destruição prática e simbólica de valores sociais, criando o campo onde crescem o autoritarismo, o fascismo, o racismo, a violência contra o diferente, a misoginia e o próprio feminicídio.

Este processo histórico tem seus marcos referenciais:

- ✓ a queda do Muro de Berlim e do socialismo do leste europeu;
- ✓ a ofensiva conservadora do Papa João Paulo II junto ao presidente Ronald Reagan e a primeira-ministra Margaret Thatcher contra a Teologia da Libertação, a Igreja progressista e sua imensa capilaridade social na América Latina;
- ✓ a articulação capitalista com intelectuais, igrejas, teólogos de direita, sociólogos, mídias e produtores culturais, consolidada nos Documentos de Santa Fé I e II;
- ✓ ataques crescentes aos valores, narrativas e símbolos nacionais e internacionais da esquerda;

- ✓ propagação do cinismo, do ódio, da falta de empatia e do individualismo radical como valores;
- ✓ todo esse processo convergiu para a internet, para as redes sociais e para a deep web, o que nos fez chegar ao máximo de articulação do individualismo com a violência legitimada, com a ausência de valores civilizatórios e com a descrença no futuro.

Vivemos, neste século, uma conjunção de aceleração do conhecimento científico (inteligência artificial, por exemplo) com a aceleração da barbárie.

ELEIÇÕES EM 2026: FRENTE AMPLA E PROJETO DE PAÍS

O fator econômico e as conquistas sociais não contam tanto quanto essa guerra de valores que hoje atravessa a sociedade brasileira. Precisamos identificar os componentes do mal estar instalado na sociedade e estabelecer um diálogo com eles, não fortalecê-los, nem potencializá-los,

nem usá-los com a náusea, como faz a direita, mas tratá-los numa perspectiva global e baseados em valores humanistas.

É necessário condensar esse diálogo num projeto de país, inserido numa nova utopia, e deduzir deste um método de disputa política, de trabalho de base, de formação política, de atuação nas redes sociais, nas mídias de massa, nas artes, na cultura, dialogando com a subjetividade individual e coletiva, com atenção aos setores religiosos e à juventude.

O campo democrático vai apresentar uma frente ampla para a disputa nas próximas eleições mas seu programa não pode se restringir a uma defesa da democracia e das políticas públicas, muito mais que isso deve dialogar com as insatisfações, necessidades e desejos mais profundos da sociedade e dos indivíduos e deve ter propostas concretas para estes, propostas que signifiquem uma possível e concreta emancipação.



Paulo Maldos - Psicólogo. Ex-Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES: ENTRE A RESISTÊNCIA E O FUTURO DA FLORESTA

— Marcos Jorge Dias

Mais de três décadas após sua criação, a Reserva Extrativista Chico Mendes continua sendo um dos maiores símbolos da luta dos povos da floresta na Amazônia brasileira. Entre antigos desafios e novas transformações, milhares de pessoas seguem tentando viver da floresta sem destruí-la.

Atualmente, a população da Reserva é de aproximadamente 3.000 famílias, e os moradores e moradoras enfrentam novos desafios: mudança cultural, de costumes e chegada de novas tecnologias.

A CRIAÇÃO E A ESPERANÇA

A Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) foi criada oficialmente em 12 de março de 1990, com área de mais de 931 mil hectares, abrangendo sete municípios do Acre: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Rio Branco e Sena Madureira, como alternativa ao modelo de reforma agrária do Incra e como esperança de preservação do modo de vida extrativista.

O COLAPSO DO SONHO

O governo Collor (1990-1992), ao extinguir a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB), gerou uma grande crise no mercado da borracha, e muitas famílias de seringueiros perderam sua principal fonte de renda, a extração do látex.

O primeiro levantamento socioeconômico (1992-1996) registrava 1.900 famílias na Reserva. Quatro anos depois, o número caiu para 1.400. A migração para cidades, fazendas e assentamentos revelou a fragilidade do extrativismo diante da concorrência asiática e da ausência de alternativas econômicas.

O TEMPLO DO ABANDONO

Júlio Barbosa, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), relembra:

Sem fiscalização e sem políticas públicas consistentes, as comunidades ficaram entregues à pró-

pria sorte. Foi o tempo do 'cada um por si e Deus por todos'. Não havia orientação, não havia formação, não havia incentivo para reunir as comunidades. Cada família se virava como podia.

Nesse contexto, proliferaram os loteamentos ilegais de colocações em troca de bens duráveis, os desmatamentos e a retirada ilegal de madeira, descaracterizando a função original da Reserva.

Entre 2018 e 2022, a ausência dos órgãos de fiscalização e controle agravou a situação: o desmatamento atingiu índices alarmantes e a insegurança cresceu, principalmente na área do município de Rio Branco.

A RESISTÊNCIA ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO

Apesar das dificuldades, o surgimento da Cooperativa dos extrativistas do Acre (Cooperacre), nos anos 2000, veio fazer o contraponto ao garantir mercado para produtos

como borracha e castanha, valorizando a produção extrativista e oferecendo suporte às famílias que vivem na Reserva. “A Cooperacre foi fundamental para que o desmatamento não avançasse ainda mais. Mesmo nos períodos mais críticos, ela manteve viva a economia da floresta”, ressalta Júlio Barbosa.

ESPERANÇAR: O FUTURO EM CONSTRUÇÃO

A partir de 2023, com a retomada das políticas públicas direcionadas para a Resex Chico Mendes, teve início um processo de reconstrução. A atualização do banco de dados dos moradores, prevista ainda para 2026, é considerada um marco.

Entre as iniciativas em curso, destaca-se o Projeto Esperançar Chico Mendes, coordenado pela professora Andrea Alexandre (UFAC) e por Leide Aquino (CNS), que explica:

O Projeto Esperançar nasceu em 2023, fruto do diálogo entre o CNS e o Ministério do Meio Ambiente, para resgatar a cultura, fortalecer o modo de vida extrativista e devolver esperança às comunidades da Amazônia. Hoje, concentramos esforços no turismo de base comunitária e na gestão territorial. Até o final de 2026, queremos capacitar 150 jovens em mapeamento e criar cinco centros de geotecnologia, para mapear 500 colocações dentro da Resex.

UMA RESERVA, DIFERENTES REALIDADES

Antonio Pinto, morador da Reserva em Xapuri, vê o momento atual com otimismo:

Nós sabemos que não é fácil, mas também sabemos que não estamos sozinhos. A floresta nos dá força, e a memória de Chico Mendes nos lembra que vale a pena lutar. A Reserva estava destruída, mas com a volta da fiscalização e das políticas públicas, estamos recuperando a tranquilidade, diferente da época



dos 'empates', quando eu e meu pai fomos expulsos da nossa terra.

Por sua vez, Odair José, coordenador do núcleo de base local e representante regional do CNS na região de Rio Branco, denuncia o abandono pelo Estado e a ausência das políticas públicas básicas, às portas da capital acreana:

Nós vivemos a cerca de 74 km da capital, na Reserva Extrativista Chico Mendes, no isolamento e na precariedade. Sem escolas, sem energia e com acesso quase impossível durante o inverno. O acesso é caótico, estradas intransitáveis, seis horas de viagem em lombo de animais para alcançar o transporte motorizado, sem condições de escoamento da nossa produção extrativista; a energia solar, prometida há dois anos, ainda não chegou. Na saúde, agentes itinerantes aparecem apenas uma vez por ano, deixando mães e crianças sem acompanhamento adequado. Sem educação não conseguiremos chegar a lugar nenhum. É o futuro das nossas crianças que está em risco.

AÇÃO IMEDIATA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Após peregrinar por diversas instituições públicas em busca de respostas, o morador da Resex em Rio Branco, Odair José, encontrou no Tribunal de Contas do Estado (TCE/AC) a atenção de que sua comunidade tanto necessitava.

A presidenta do TCE, Dulce Benício, convocou gestores estaduais e municipais para discutir os graves problemas que afetam diretamente a vida dos moradores: a precariedade da infraestrutura do ramal, o fechamento de escolas e a ausência de atendimento de saúde. Essas dificuldades têm imposto barreiras cotidianas à população, limitando o acesso a direitos básicos e aumentando a vulnerabilidade social da região.

Diante da urgência e da realidade apresentada, a presidente do TCE, acompanhada pelo Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron) e pelo Corpo de Bombeiros, foi pessoalmente até a comunidade Buenos Aires, dentro da Reserva, para ouvir e ver de perto a situação. Junto com a conselheira foram o secretário de Esta-

do de Educação, Reginaldo Prates, o secretário de Saúde de Rio Branco, Rennan Biths, além de auditores e assessores técnicos do Tribunal.

Para o TCE, não basta apenas fiscalizar: é fundamental transformar promessas em ação concreta. O compromisso da instituição é assegurar que os moradores da Resex, cidadãos que enfrentam diariamente o isolamento e a falta de serviços públicos, tenham acesso efetivo às políticas de responsabilidade do Estado e do município.

UM LEGADO, UMA ESPERANÇA DE FUTURO

Mais de 35 anos depois de sua criação, a Reserva Extrativista Chico Mendes continua sendo um território de resistência, memória e reinvenção. Entre desafios antigos e novos caminhos, seus moradores seguem defendendo a possibilidade de viver da floresta e com a floresta, sem destruí-la.



Marcos Jorge Dias – Professor, jornalista e membro do Conselho editorial da Revista Xapuri Socioambiental.



Foto: Marcos Jorge



ENQUANTO A NOITE DURAR

Eduardo Galeano

Em 1937 morreu, aos vinte e seis anos, Noel Rosa.

Esse músico da noite do Rio de Janeiro, que em vida só conheceu a praia por fotografias, escreveu e cantou sambas nos bares da cidade que os canta até hoje.

Num desses bares um amigo o encontrou, na noturna hora das dez da manhã.

Noel cantarolava uma canção recém-parida.

Na mesa havia duas garrafas. Uma de cerveja e outra de cachaça.

O amigo sabia que a tuberculose estava matando Noel Rosa. Noel adivinhou a preocupação em seu rosto, e sentiu-se obrigado a dar uma lição sobre as propriedades nutritivas da cerveja. Apontando a garrafa, sentenciou:

– Isso aqui alimenta mais que um prato de boa comida.

O amigo, não muito convencido, apontou a garrafa de aguardente:

– E isso aqui?

E Noel explicou:

– É que não tem a menor graça comer sem ter uma coisinha para acompanhar.



Eduardo Galeano – Escritor (in memoriam), em *“Os Filhos do Dias”*, Editora L&PM, 2ª edição, 2012.

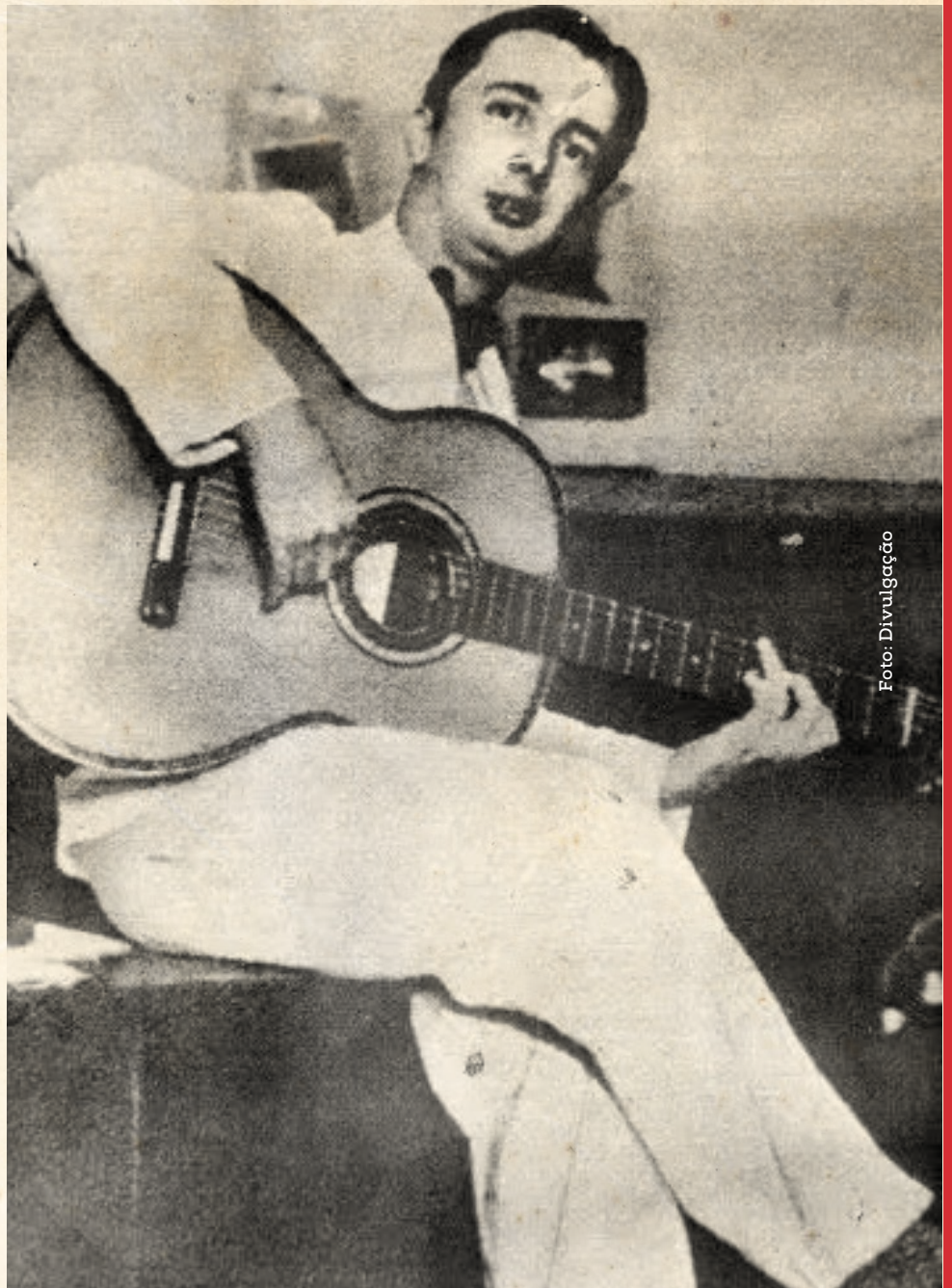


Foto: Divulgação



Dia do Campo: *escolas do DF transformam educação em luta, memória e resistência*

 Dia do Campo consolidou-se na rede pública de ensino do Distrito Federal como uma iniciativa que articula educação do campo, saberes ancestrais e transformação social. Celebrado em 17 de abril, rememora o Massacre de Eldorado dos Carajás e reafirma que a luta por justiça social passa pela reforma agrária.

Em 2026, a atividade consolidou um Projeto Político-Pedagógico (PPP) comprometido com a transformação social e mostrou que a escola do campo vai além do currículo formal: é espaço de disputa de narrativas, construção de consciência crítica e fortalecimento das lutas da classe trabalhadora.

“O Dia do Campo promove um debate fundamental, já que a reforma agrária é realidade em países desenvolvidos, mas no Brasil ainda enfrenta resistência por influência dos latifundiários”, afirma Fernando Augusto, diretor do Sinpro. Ele destaca que a data mantém viva a memória do massacre e fortalece o debate na sociedade e na escola.

A presença do Sinpro reforça o papel das escolas como espaços de resistência. Na Escola Classe Guariroba de Samambaia (EC Guariroba), o diretor Carlos Maciel destacou a mobilização da comunidade contra a ameaça de remoção devido à instalação de uma usina termelétrica. A permanência da escola no território fortaleceu o sentido político da experiência e sua ligação com a pauta ambiental.



Essas experiências mostram que as escolas do DF também organizam e defendem seus territórios perante interesses econômicos privados. Essa concepção é reforçada pela política da educação do campo. Sérgio Luiz Teixeira, da Gerência de Atenção à Educação do Campo (Gecam), explica que o termo “escola do campo” valoriza o território como espaço educativo, em que a luta pela terra, o trabalho e a cultura fazem parte da formação e fortalece o vínculo com os territórios.

EC Guariroba de Samambaia

Única escola do campo em Samambaia, a EC Guariroba desenvolve ações de educação ambiental, como hortas e viveiros, com participação da comunidade. Situada na DF-180, a escola realizou a Semana do Campo com atividades que envolveram 350 estudantes e a comunidade.

Houve feira campesina, apresentações e debates sobre o território. O tema “Escola e família: raízes que nos fortalecem” dialogou com a luta contra a instalação da termelétrica. A programação incluiu roda de conversa sobre a permanência da escola e o plantio da palmeira guariroba, símbolo do Cerrado.

A diretora Nathália Raissa destacou que o plantio representa a afirmação de que o território não está à venda e que a escola pertence à comunidade, tendo as crianças como protagonistas da transformação.



EC Córrego das Corujas de Ceilândia

A dimensão coletiva da atividade se expressa na Escola Classe Córrego das Corujas (EC Córrego das Corujas), que reuniu estudantes, famílias e trabalhadores em oficinas, feiras agroecológicas e atividades culturais. A coordenadora Iolanda Rocha destaca que o campo no DF enfrenta desigualdades e muitas vezes a escola é a única presença do Estado.

A diretora Gicélia Santos reforça a luta por educação pública de qualidade, que garanta aprendizagem e formação docente. Para ela, a educação do campo é um direito que precisa ser assegurado.





12ª Semana Camponesa do CED PAD-DF

A 12ª Semana Camponesa do Centro Educacional do PAD-DF no Paranoá (CED PAD-DF) reafirmou a luta social. Com o tema dos 30 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, a atividade articulou memória, formação crítica e organização coletiva.

Envolveu estudantes do Ensino Médio, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) em pesquisas, produção de documentários e ações com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Universidade de Brasília (UnB). O diretor Gildney Ferreira destacou que a iniciativa valoriza os saberes populares e integra teoria e prática em uma formação interdisciplinar.

Segundo ele, trata-se de um processo contínuo de formação que fortalece o vínculo entre escola, território e comunidade. O coordenador Vanilson Lourenço ressaltou a participação dos estudantes na definição dos temas e organização das ações, fortalecendo a aprendizagem crítica e o caráter coletivo do projeto.

CED Irmã Regina

No CED Irmã Regina de Brazlândia, o Dia do Campo foi vivido como um aprofundamento da identidade da escola e do território. A vice-diretora Naira Martins afirma que o projeto reconhece os sujeitos e seus territórios e que o tema “Inventariando o CED Irmã Regina” mobilizou cerca de mil estudantes em torno do Inventário das Realidades, instrumento que investiga saberes e vivências da comunidade.

A proposta fortalece a articulação entre teoria e prática e reforça vínculos e pertencimento. A direção da escola afirma que o Dia do Campo se consolida como um gesto coletivo que conecta educação, território e futuro.

Política pública, território e disputa de projeto educativo

Thailisa Katiele Batista, da SEEDF, explica que o Dia do Campo integra uma política pública que instituiu o 17 de abril no calendário escolar em referência ao Massacre de Eldorado dos Carajás. Ela informa que as atividades, como o Mutirão Eapecológica e ações na EC Guariroba, articularam formação de educadores, práticas agroecológicas e debates sobre políticas públicas.

Destacou também que a iniciativa se consolidou nas 85 escolas do campo do DF, com articulação distrital e execução descentralizada. “O projeto vai além de uma atividade: é um processo contínuo de formação ligado à realidade e às lutas do campo. A diversidade das ações envolve centenas de estudantes em diferentes escolas”, afirma Thailisa.

Na avaliação dela, o Dia do Campo se afirma como política pública que fortalece a educação do campo, promove pertencimento, valoriza a cultura e contribui para a formação crítica, consolidando a escola pública como espaço de resistência, organização coletiva e transformação social.





HORA DE REPENSAR A EDUCAÇÃO DOS MENINOS

Dra. Olga Tessari

O papel da família e avós diante do aumento dos feminicídios

Tudo começa dentro da família, o primeiro espaço de socialização e de formação de valores. Hora de repensar.

É dentro da família que meninos e meninas aprendem, desde cedo, o que é ser homem e mulher, como lidar com as suas emoções, como resolver conflitos e como se relacionar com as pessoas.

Famílias que reproduzem padrões machistas, autoritários e violentos, contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero e da violência contra as mulheres.

A família ampliada, que inclui avós, tios, tias e outros cuidadores também exerce uma influência significativa na formação dos meninos.

Em muitos lares brasileiros, as avós assumem um papel fundamental na criação dos netos, transmitindo valores, histórias e experiências que podem ser transformadoras, atuando como "portos seguros", com referências morais e éticas.

Muitas avós carregam vivências de abusos, discriminação e violência, mas também trazem consigo a resistência, superação e sabedoria, sendo guardiãs da memória familiar, transmissoras de valores e, em muitos casos, são as principais responsáveis pela educação e socialização de seus netos.

O convívio com as avós proporciona benefícios emocionais e psicológicos para as crianças: segurança, afeto, autoestima, resiliência e senso de pertencimento.

As histórias compartilhadas, os conselhos e o exemplo de superação diante das adversidades ajudam os meninos a desenvolverem empatia,

respeito e capacidade de enfrentar desafios sem recorrer à violência.

Além disso, as avós podem ser agentes de transformação ao romper o silêncio sobre experiências de abuso e violência vividas no passado.

Ao compartilhar suas histórias de forma sensível e acolhedora, elas contribuem para a conscientização dos netos sobre os danos da violência e a importância do respeito às mulheres.

PEQUENOS MACHISMOS

Educar meninos para o respeito às mulheres exige práticas cotidianas, consistentes e intencionais.

- Permitir que todos tenham o direito de sentir e de expressar o que sentem. Ensinar que meninos podem e devem expressar sentimentos, como tristeza, medo e frustração, sem vergonha ou repressão. O choro não é sinal de fraqueza, mas de humanidade.
- Respeitar as pessoas é mais importante do que ser o mais forte. Crianças aprendem pelo exemplo. Pais, mães, avós e cuidadores devem tratar todas as pessoas com respeito, dividir tarefas domésticas e rejeitar piadas ou atitudes machistas. Também é fundamental demonstrar afeto, pedir desculpas quando errar, resolver conflitos sem violência e valorizar a diversidade de pessoas e opiniões.
- Diálogo aberto e escuta ativa: Conversar sobre sentimentos, dúvidas e conflitos, ouvindo com atenção e sem julgamentos. Validar as experiências das crianças e adolescentes, especialmen-

te quando relatam situações de violência ou discriminação.

- Brincar de boneca, de casinha ou de futebol é para todos. Permitir que meninos brinquem de boneca, casinha, cozinha, dança, e que meninas possam jogar futebol ou videogame. Brinquedos e cores não têm gênero.
 - Estabelecimento de limites justos e consistentes. Disciplinar sem violência física ou psicológica, explicando as razões das regras e as consequências dos comportamentos.
 - Promoção da autonomia e responsabilidade. Incentivar meninos a tomar decisões, assumir responsabilidades e a lidar com frustrações de forma construtiva.
 - Desconstrução de pequenos machismos: Refletir sobre frases, atitudes e crenças que reforçam a superioridade masculina e trabalhar para mudá-las, começando pelos próprios adultos.
- A mudança começa em casa, mas também exige o envolvimento de toda a sociedade: escolas, comunidades, governos e organizações sociais.

Só assim poderemos romper o ciclo da violência e garantir que meninos cresçam para se tornarem homens que respeitam, cuidam e protegem as mulheres – e não que as matam.



Dra. Olga Tessari - Psicóloga (CRP06/19571), formada pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisa e atua com novas abordagens da Psicologia Clínica. Publicação original no site "Avosidade", disponível em <https://avosidade.com.br/comportamento/hora-de-repensar-a-educacao-dos-meninos/>.



FEIRA MÃOS COLETIVAS VALORIZA O ARTESANATO E FORTALECE A CULTURA EM FORMOSA (GO)

A cidade de Formosa (GO) recebeu, nos meses de abril e maio, as duas primeiras edições da Feira Mãos Coletivas, iniciativa do Coletivo Itiquira em parceria com artesãs e artesãos locais. Realizada na sede do Coletivo, localizada na Rua Visconde de Porto Seguro, nº 843, a feira nasceu com a proposta de valorizar o artesanato da região, incentivar a economia criativa e promover a troca de saberes entre produtores, produtoras e o público formosense.

Instalada na área externa do Coletivo Itiquira, em um espaço acolhedor e aberto à comunidade, a Feira Mãos Coletivas tem como carro-chefe a produção artesanal. O evento reúne expositoras e expositores com trabalhos autorais, marcados pela diversidade, criatividade e qualidade, além de contar com opções da gastronomia popular formosense, música ao vivo e a presença de artistas e pequenos produtores da região.

A história da feira, no entanto, não começa agora. Há mais de dez anos, o então Instituto Itiquira desenvolveu, em parceria com a empresa Precon e com apoio da Prefei-

tura Municipal de Formosa, o projeto Mãos Formosas, voltado ao artesanato, à sustentabilidade e à economia solidária. A iniciativa, premiada pela Fundação Banco do Brasil, chegou a gerar ocupação e renda para mais de 50 mulheres da área rural do Vale do Paranã, em Formosa.

COLETIVO ITIQUEIRA

Com a pandemia da Covid-19, em 2020, o Instituto Itiquira precisou encerrar suas atividades, e o projeto Mãos Formosas foi desativado. Em dezembro de 2025, o trabalho foi retomado com a criação do Coletivo Itiquira, que passou a atuar na defesa da memória, do meio ambiente e da justiça social em Formosa e região. Nesse novo momento, o projeto retorna com o nome Mãos Coletivas, ampliando sua abrangência e reforçando o compromisso com a geração de renda, a sustentabilidade e o trabalho coletivo.

A primeira edição da Feira Mãos Coletivas, realizada em abril, reuniu dezenas de visitantes e cerca de 25 artesãs e artesãos locais, marcando o início de uma nova etapa para

o projeto. O encontro foi marcado pela valorização da cultura regional, pela diversidade de produções autorais e pela troca de experiências entre expositores e público.

Já a segunda edição, realizada no dia 9 de maio, consolidou a feira como um importante espaço de encontro, cultura e fortalecimento da economia criativa em Formosa. Aberta ao público, a iniciativa mostrou que o artesanato local segue vivo, potente e capaz de movimentar não apenas a renda de pequenos produtores, mas também a memória, a identidade e a cultura da cidade.

A Feira Mãos Coletivas acontece mensalmente e convida a comunidade de Formosa (GO) a participar dessa construção feita a muitas mãos, celebrando a criatividade, o trabalho artesanal e a produção local.



Fonte:
Coletivo Itiquira
coletivoitiquira.org/

A ATUALIDADE DO *DIREITO À LITERATURA*, DE ANTONIO CANDIDO

Arthur Wentz e Silva

Recentemente estamos inebriados com o debate do acesso à leitura no Brasil. Parece que este aspecto ganha as redes e os debates públicos, motivado pelo sucesso do lançamento da plataforma MEC Livros, divulgada pelo governo federal em 22 de abril. A partir de um aplicativo, brasileiros e brasileiras podem acessar, virtualmente, diferentes tipos de conteúdos literários e consumi-los em uma espécie de biblioteca digital.

Estamos, sem sombra de dúvida, diante de um novo tempo. Neste maio da literatura brasileira, dada sua data exatamente no Dia dos Trabalhadores, é importante reconhecer a atualidade dos debates, tanto da crítica literária quanto de seu aspecto inovador na concepção de uma nova história dentro desta arrastada modernidade.

Esse cenário é terreno favorável para uma análise que a acertada crítica literária ressoa, não em matéria de inovação, mas em quase exaustão de bandeira de luta: a importância da garantia universal e irrestrita da literatura como necessidade básica para todas as pessoas do mundo.

Exímio crítico literário e defensor incansável de um projeto soberano de Brasil, Antonio Candido escreveu um dos textos mais importantes para toda essa discussão. Para ele, "uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável".

Direito à Literatura é um dos ensaios mais importantes de toda a tradição crítica nacional e pressupõe aspectos fundamentais sobre a própria composição do que é literatura e qual sua função na concepção e percepção do mundo. Para Candido,

a função das tessituras literárias está intimamente ligada à construção de objetos autônomos como estrutura e significado, forma de expressão que manifesta gestos e emoções e forma de conhecimento.

É precisamente nesse ponto que Candido tensiona uma das questões mais fundamentais da experiência humana: a humanização. A literatura, longe de ser mero ornamento intelectual ou privilégio de elites letradas, aparece como força indispensável para o exercício da sensibilidade, da imaginação e da consciência histórica. Humanizar, nesse caso, significa ampliar nossa capacidade de compreender o outro, reconhecer as contradições do mundo e elaborar, no campo da linguagem, os dramas concretos da vida social. Negar o acesso à literatura é, portanto, mutilar simbolicamente a experiência humana em sua plenitude.

Nessa órbita, a manifestação complexa dos homens de todos os tempos, como costuma definir, reconhecendo a amplitude da literatura, somos convidados, a partir de experiências concretas, como no

caso do MEC Livros, a exercer um direito fundamental para a sobrevivência da democracia: a defesa irrestrita desse direito humano. Ou seja, que tenhamos acesso integral a essa forma pela qual os sentidos humanos são levados ao seu apogeu para tocar a história e entendê-la de forma completa e profunda, compreendendo a totalidade da vida.

Certamente o leitor deste artigo deve estar orgulhoso dos caminhos dados pelo governo em relação ao acesso à leitura no Brasil. Ora, alguns anos depois, teria Candido sido escutado? O esgotamento dos livros e o surgimento de novas ferramentas de incentivo à fruição merecem sempre um lugar de acolhimento por parte da crítica. Entretanto, sejamos realistas. A independência literária, bem como a envergadura e a rigidez de nossa formação leitora, exigirão muitos outros "Setes de Setembro", como nos antecede o velho Machado.



Arthur Wentz e Silva – Estudante de Letras, Língua Portuguesa e Respectiva Literatura, na Universidade de Brasília (UnB) e redator da Revista Xapuri.

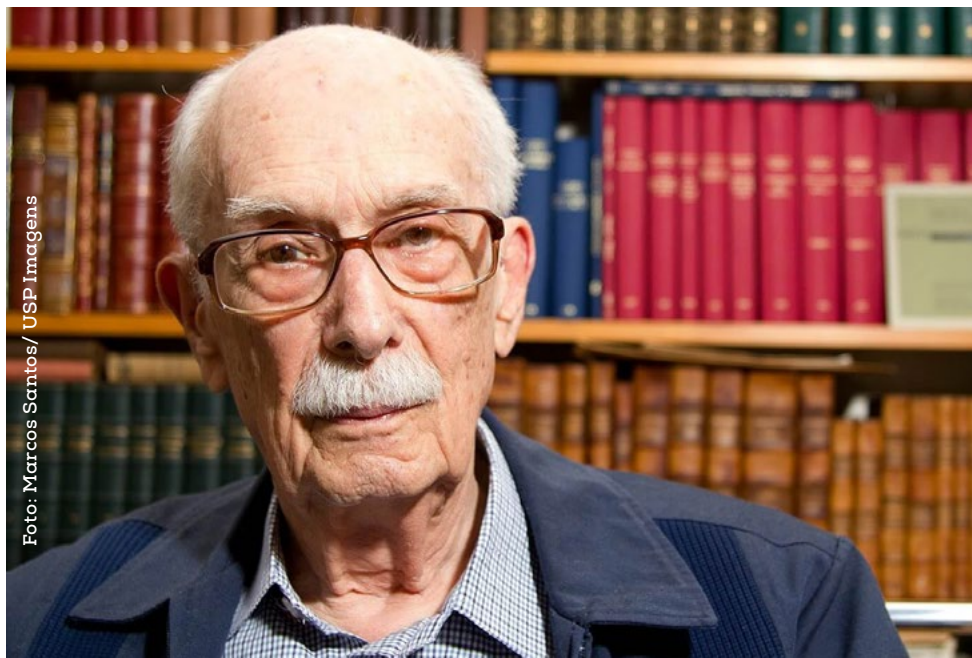


Foto: Marcos Santos / USP Imagens

DUAS VERTENTES SOBRE O MITO DE NARCISO

Kaluã Mendes

O mito de Narciso carrega diversas nuances que atravessam o tempo e continuam ecoando na maneira como nos relacionamos conosco e com os outros.

Relembrando a versão mais conhecida da mitologia grega, Narciso era um jovem de beleza extraordinária, capaz de encantar todos ao seu redor. Um dia, ao se debruçar sobre um lago e se admirar no próprio reflexo, acaba enfeitiçado por sua imagem, mergulha nas águas e morre afogado. A história, além de trágica, inspirou o conceito de narcisismo, termo usado até hoje para descrever um comportamento marcado pela grandiosidade, pela busca por admiração e pela falta de empatia.

No entanto, conheci uma releitura dessa história por meio do escritor brasileiro Paulo Coelho, que, por sua vez, se inspirou em Oscar Wilde.

Nessa versão, o foco se desloca de Narciso para o lago, antes apenas cenário, agora um personagem sensível e enlutado. Suas águas, antes doces, tornaram-se salgadas de tanto chorar a morte de Narciso. Intrigadas, as deusas do bosque questionam o lago sobre tanta dor, esperando ouvir uma confissão de amor ou fascínio. Mas o que recebem é uma revelação surpreendente:

“Eu não chorava por Narciso... eu chorava porque, cada vez que ele se deitava à beira de minhas margens, eu podia ver, refletida no fundo de seus olhos, a minha própria beleza”. A partir dessa reinterpretação, duas vertentes se destacam.

Primeira Vertente: Narcisismo espelhado – Reflexo de si no outro

A história aponta para uma espécie de vaidade compartilhada.

Narciso amava a imagem refletida na água sem saber que era sua própria. O lago, por sua vez, amava o reflexo de si mesmo nos olhos de Narciso. Ambos estavam encantados por suas próprias projeções.

Essa leitura revela o quanto, muitas vezes, o amor e o fascínio que julgamos sentir pelo outro são, na verdade, formas de nos vermos refletidos, de nos reconhecermos belos, dignos, importantes. O mito, então, se torna uma metáfora sobre relações humanas baseadas em espelhos. Amamos não o outro, mas aquilo que ele nos devolve de nós mesmos.

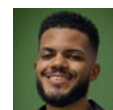
Segunda Vertente: Carência do sentimento – O luto pela ausência do sentido

Na segunda vertente, o choro do lago não é egoísta, mas melancólico. Ele não lamenta Narciso como indivíduo, mas a sensação que a presença dele despertava. É a dor de não mais sentir o que se sentia.

Essa leitura propõe que, por vezes, o luto que carregamos não é pela pessoa que se vai, mas pela emoção que parte junto com ela. É a ausência de sentido, o vazio deixado por um sentimento intenso que já não existe mais. O lago, aqui, simboliza a alma humana diante da perda de algo que a fazia viva e sensível.

Arremato que, ao recontar o mito de Narciso sob uma nova ótica, essa narrativa nos oferece uma metáfora rica e multifacetada sobre a natureza humana. Seja pelo viés do narcisismo espelhado ou pela perda do sentimento, o lago que chora nos confronta com uma pergunta essencial:

Do que realmente sentimos falta quando alguém se vai? Seria do outro ou daquilo que ele despertava em nós?



Kaluã Mendes –
Designer gráfico,
escritor e estudante
de cinema.



A LENDA DO NEGO D'ÁGUA

Bahia Terra



O Nego d'Água é uma figura do imaginário popular brasileiro, descrita como um bicho-homem peludo que habita os rios. Conhecido em algumas regiões como Caboclo d'água, ele costuma assustar pescadores, afundar embarcações e pregar peças em quem se aventura pelas águas. Por suas travessuras e seu vínculo com os rios, é muitas vezes lembrado como uma espécie de Saci-Perê das águas.

A lenda do Nego d'Água é muito poderosa entre os ribeirinhos do rio São Francisco, especialmente na região de Juazeiro. O povo conta

que é uma criatura de pele negra, escamosa, de baixa estatura, com mãos e pés de pato com garras, careca e de orelhas pontudas. Vive no fundo do rio e costuma aprontar com os pescadores que não lhe oferecem cachaça e fumo.

Entre suas maiores travessuras, estão redes de pesca rasgadas, barcos virados e risadas assustadoras durante perseguições a ribeirinhos.

Outra tradição dá conta que se trata de um menino que, de tanto traquirar, foi jogado por pescadores no rio e nunca mais apareceu. Ele teria sido encantado,

passando a viver nas águas como o Nego d'Água.

Para pescar sossegada, a pessoa precisa jogar fumo de rolo ou pinga no rio, assim consegue tranquilizar o Nego d'Água e realizar sua pescaria em paz. Em Juazeiro, há até uma estátua gigante de 12 metros em homenagem a ele.

Fonte: Bahia Terra. Disponível em: www.bahiaterra.com/posts/legendas-da-bahia

Ilustração: Roger Cruz e Bruna Brito piramiderpg.wordpress.com/2018/11/05/caboclo-dagua-salminus-e-o-zaori/

NÃO ASSUMIMOS A NOVA CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA: ARTEMIS II

Leonardo Boff



Foto: Nasa/ Reprodução

Os inúmeros voos espaciais – seis tripulados à Lua e outros que até mesmo deixaram nosso sistema solar e atravessaram o espaço infinito do universo – não criaram a consequente nova consciência planetária na humanidade como um todo, muito menos entre seus líderes. Ainda vivemos sob o regime de Estados-nação, cada um com seus próprios limites, definidos pelo Tratado de Vestfália, de 1648.

A Covid-19 não respeitou os limites das nações. Afetou a todos. As consequências necessárias ainda não foram colhidas. O estilo de vida predatório e consumista retornou com ainda mais fúria. As lições que a Mãe Terra nos ensinou não foram levadas em consideração. A isso se soma o fato de estarmos atualmente vivenciando guerras por território (Ucrânia, Faixa de Gaza, Groenlândia e outros).

Do ponto de vista dos astronautas, como bem observou um dos quatro astronautas da espaçonave Artemis II: “Daqui de cima, somos um só povo”. Essa afirmação torna essas disputas territoriais ridículas. Elas são apoiadas por

figuras cruéis e genocidas como Netanyahu e Trump, que ainda não entenderam que somos uma única espécie humana e que a Terra é nosso único Lar Comum, no qual judeus, palestinos e todos os demais têm seu lugar.

As palavras inesquecíveis de Neil Armstrong, o primeiro homem a pisar na Lua em 20 de julho de 1969: “Um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade”. Ele continuou: “De repente, percebi que aquela pequena ervilha azul era a Terra... Eu cobri completamente a Terra com o meu polegar”.

Incluimos outros depoimentos de astronautas, coletados no livro de Frank White, *The Overview Effect* (Boston, 1987; possui um exemplar autografado):

Russell Schweickhart: “A Terra, vista de fora, faz você perceber que tudo o que é significativo para você, toda a história, a arte, o nascimento, a morte, o amor, a alegria e as lágrimas, tudo está contido naquele pequeno ponto azul e branco que você pode cobrir com o polegar. E, a partir dessa perspectiva, você entende que tudo em nós mudou, que

algo novo está começando a existir, que o relacionamento não é mais o mesmo de antes” (*The Overview Effect*, p. 38).

Gene Cernan: “Eu fui o último homem a caminhar na Lua, em dezembro de 1972. Da superfície lunar, contemplei com admiração a Terra contra um pano de fundo de azul profundo. O que vi era belo demais para ser compreendido, lógico demais, rico demais em significado para ser o resultado de um simples acidente cósmico. Interiormente, senti a necessidade de louvar a Deus. Deus deve existir para ter criado o que tive o privilégio de contemplar” (*Op. cit.*, 39).

Sigmund Jähn: “As fronteiras políticas já foram ultrapassadas. As fronteiras nacionais também foram ultrapassadas. Somos um só povo, e cada um de nós é responsável por manter o frágil equilíbrio da Terra. Somos os seus guardiões e devemos cuidar do nosso futuro comum” (*Op.cit.*, 43).



Leonardo Boff – Filósofo, teólogo, escreve para a revista *LIBERTÁ* do ICL (revistaliberta.com.br); *Paixão de Cristo-paixão do mundo*, Vozes 2009.



Foto: Reprodução



Fotos: Divulgação/ CIEDS

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO AUMENTO DA RENDA E DAS REDES E DE PROTEÇÃO

Marina Rotenberg

A violência de gênero levou o Brasil a bater níveis recordes nesse ranking de horrores, no último ano. Com uma alta de 4,7% em relação a 2024, aproximadamente 1.568 mulheres foram vítimas de feminicídio, o que significa, em média, quatro mulheres mortas por dia no país. Os números de

feminicídio são retratos de uma sociedade que violenta mulheres de diversas formas e de políticas públicas ainda insuficientes para enfrentar essa realidade.

O feminicídio é, no entanto, o ápice, o ponto sem retorno, de um ciclo de violências estruturais que começam, muito antes, nas piadas

machistas em mesas de bares, nas falas misóginas de figuras públicas, nas disparidades salariais para os mesmos cargos em postos de trabalho e em tantas outras formas cotidianas de desigualdades que se repetem, escalam e se transformam em agressões psicológicas, patrimoniais, morais e físicas.



Segundo dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero, do Senado Federal, em 2025, 58% das mulheres que sofreram violência não procuraram uma delegacia. Além disso, a subnotificação dos casos, praticados por parceiros íntimos em sua maioria – 62% executados por marido ou companheiro, de acordo com o estudo – tem impactos diretos na invisibilização do problema. O silêncio, porém, não é escolha individual. É resultado do medo, da vergonha, da ausência de proteção efetiva e da relação imbricada sobre renda e dependência financeira entre vítima e agressor.

Estudos indicam que variáveis relacionadas à renda e à inserção no mercado de trabalho influenciam a dinâmica da violência conjugal. Dados do DataSenado mostram que 61% das mulheres afirmam que a dependência financeira impede a denúncia de agressões, 17,1% declaram que foram impedidas de trabalhar ou estudar, e 10% não têm acesso ao próprio dinheiro. Os números revelam como o controle econô-

mico opera como mecanismo de manutenção do ciclo da violência.

Os índices são ainda mais alarmantes em faixas de renda mais baixas e com mulheres negras. Mulheres pretas e pardas são as principais vítimas da violência de gênero no Brasil. Elas têm 1,7 vezes mais chances de serem assassinadas do que mulheres não negras, representando mais de 66% dos homicídios femininos, em 2022. Quando há o recorte de renda, os dados mostram que aquelas com renda familiar de até um salário-mínimo também são mais vulneráveis à violência doméstica e familiar.

A violência de gênero é estrutural e persistente e, por isso, exige respostas igualmente articuladas que combinem educação, geração de renda, espaços de convivência, escuta qualificada, orientação jurídica e psicológica. Portanto, propiciar a formação de redes de apoio locais é fundamental para a retomada da autonomia econômica dessas mulheres, permitindo a abertura de caminhos complementares para romper com os ciclos de violência.

Em diferentes territórios, projetos unem inclusão produtiva e articulações locais, entendendo que essa combinação é central para a consolidação da autonomia. Nos estados do Amazonas e Roraima, o Empoderar e Empreender revela impactos expressivos: aumento de 55% na renda pessoal das participantes e melhora na qualidade de vida para 98% das mulheres atendidas. Ao todo, cerca de 300 mulheres de 17 comunidades participaram da iniciativa.

No Piauí e no Pará, mulheres beneficiárias do Energia Feminina, ação iniciada em 2024 e expandida para mais cinco estados em 2025, dobraram o faturamento de seus negócios após a participação no projeto. Entre elas, 75% firmaram parcerias comerciais com outras empreendedoras da iniciativa e 100% afirmam que a experiência contribuiu para fortalecer



sua autoestima e confiança, tanto como mulheres, quanto como líderes de seus próprios negócios.

Ao mesmo tempo em que permite que mulheres gerem renda, essa abordagem conecta mulheres, entre si, e com serviços de assistência social, saúde, educação e justiça, criando condições concretas para que elas possam transformar suas realidades por meio da inclusão produtiva e da garantia de direitos.

Por isso, é preciso um compromisso coletivo e uma ação coordenada entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada a fim de que projetos deixem de ser iniciativas pontuais e se consolidem como programas de médio e longo prazo, com investimentos consistentes, acompanhamento qualificado e aprimoramento contínuo.



Marina Rotenberg - Gerente Executiva de Desenvolvimento Institucional do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS).



NÓS EDUCAMOS O BRASIL. NÓS CONSTRUÍMOS FUTURO, CIDADANIA E DIGNIDADE.

A escola pública é um organismo vivo. E cada trabalhador e trabalhadora da educação tem papel fundamental na formação de milhões de estudantes brasileiros.

Funcionários e funcionárias de escola não apenas garantem o funcionamento das unidades de ensino. Também acolhem, orientam, organizam, cuidam e participam ativamente do processo educativo, contribuindo para um ambiente mais humano, seguro e propício à aprendizagem.

Valorizar esses profissionais vai muito além do reconhecimento simbólico.

Significa assegurar remuneração digna e direitos efetivos.

Significa garantir o cumprimento da Lei do Piso do Magistério, fundamental para a valorização das professoras e professores da educação básica pública.

E significa também avançar na aprovação do PL 2531/2021, uma reivindicação histórica dos funcionários e funcionárias de escola em todo o país.

Educação pública de qualidade se constrói com valorização, respeito e investimento em todas as pessoas que fazem a escola acontecer diariamente



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil



16 DE MAIO
DIA MUNDIAL DO/A

**FUNCIONÁRIO/A
DE ESCOLA**

2026





MAIS DO QUE UMA REVISTA, UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA!

**PRA XAPURI ACONTECER
NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ**

ASSINE AGORA



xapuri.info/revista-impressa/



XAPURI.INFO